

## TRANSPORTE COLETIVO

### 6 - MÃO DE OBRA

#### 6.1 - MÃO DE OBRA DIRETA



#### Mão de Obra Vinculada à Execução Contratual

6.1.1 - Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço	COBRADOR DE ONIBUS
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	CBO 5112-15
3	Salário normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.300,00
4	Categoria profissional	COBRADOR
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/06/2020

6.1.2 - Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço	MOTORISTA DE ÔNIBUS
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	CBO 7825-10
3	Salário normativo da Categoria Profissional	R\$ 2.560,00
4	Categoria profissional	MOTORISTA
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/06/2020

6.1.3 - Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	CBO 4110-10
3	Salário normativo da Categoria Profissional	R\$ 2.560,00
4	Categoria profissional	AGENTE ADMINISTRATIVO
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/06/2020

6.1.4 - Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço	MANUTENÇÃO MECÂNICA
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	CBO 9144-25
3	Salário normativo da Categoria Profissional	R\$ 2.560,00

Paul

4	Categoria profissional	<b>MECÂNICO</b>
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/06/2020



6.1.5 - Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço	HIGIENIZAÇÃO DE VEÍCULOS
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	CBO 5199-35
3	Salário normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.645,00
4	Categoria profissional	<b>LAVADOR</b>
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/06/2020

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

<b>6.1.6- COBRADOR</b>			
Quantidade =	12,00		
Total =	12,00		
Salário Nominal Mensal (R\$) =	1.300,00	Salário Ins. (R\$) =	
Base semanal (horas) =	44,00		
Base mensal (horas) =	220,00		
	Quant.	Valor Unitário	Total
Horas Extras (100%) =	0,00	11,82	-
Horas Extras (50%) =	0,00	8,86	-
Adicional de noturno (20%) =	0%	1,18	-
Adicional de insalubridade (% sobre salário mínimo) =	0%		-
	Total sem encargos =		1.300,00
Encargos sociais (%) = 69,11%			898,43
	Total com encargos =		2.198,43
Vale transporte (passagem de ônibus) (R\$) =	3,00		210,00
Auxílio alimentação diário (R\$) =	0,00		-
Assistência médica familiar mensal (R\$) =	0,00		-
Fundo de formação (R\$) =	17,50		17,50
Seguro vida (R\$) =	20,00		20,00
	Custo mensal/funcionário (R\$) =		2.445,93
	Total do efetivo =		<b>29.351,16</b>

<b>6.1.7- MOTORISTA</b>			
Quantidade =	12,00		
Total =	12,00		
Salário Nominal Mensal (R\$) =	2.560,00	Salário Ins. (R\$) =	

*Red*





Base semanal (horas) =	44,00		
Base mensal (horas) =	220,00		
	Quant.	Valor Unitário	Total
Horas Extras (100%) =	0,00	23,27	-
Horas Extras (50%) =	0,00	17,45	-
Adicional de noturno (20%) =	0%	2,33	-
Adicional de insalubridade (% sobre salário mínimo) =	0%		-
Total sem encargos =			2.560,00
Encargos sociais (%) = 69,11%			1.769,22
Total com encargos =			4.329,22
Vale transporte (passagem de ônibus) (R\$) =	3,00		134,40
Auxílio alimentação diário (R\$) =	0,00		-
Assistência médica familiar mensal (R\$) =	0,00		-
Fundo de formação (R\$) =	17,35		17,35
Seguro vida (R\$) =	20,00		20,00
Custo mensal/funcionário (R\$) =			4.500,97
Total do efetivo =			54.011,59

#### 6.1.8- AGENTE ADMINISTRATIVO

Quantidade =	1,00		
Total =	1,00		
Salário Nominal Mensal (R\$) =	2.560,00	Salário Ins. (R\$) =	
Base semanal (horas) =	44,00		
Base mensal (horas) =	220,00		
	Quant.	Valor Unitário	Total
Horas Extras (100%) =	0,00	23,27	-
Horas Extras (50%) =	0,00	17,45	-
Adicional de noturno (20%) =	0%	2,33	-
Adicional de insalubridade (% sobre salário mínimo) =	0%		-
Total sem encargos =			2.560,00
Encargos sociais (%) = 69,11%			1.769,22
Total com encargos =			4.329,22
Vale transporte (passagem de ônibus) (R\$) =	3,00		134,40
Auxílio alimentação diário (R\$) =	0,00		-
Assistência médica familiar mensal (R\$) =	0,00		-
Fundo de formação (R\$) =	17,35		17,35
Seguro vida (R\$) =	20,00		20,00
Custo mensal/funcionário (R\$) =			4.500,97
Total do efetivo =			4.500,97

#### 6.1.9- MECÂNICO

Quantidade =	1,00		
Total =	1,00		
Salário Nominal Mensal (R\$) =	2.560,00	Salário Ins. (R\$) =	
Base semanal (horas) =	44,00		
Base mensal (horas) =	220,00		

Bel



	Quant.	Valor Unitário	Total
Horas Extras (100%) =	0,00	23,27	-
Horas Extras (50%) =	0,00	17,45	-
Adicional de noturno (20%) =	0%	2,33	-
Adicional de insalubridade (% sobre salário mínimo) =	0%		-
Total sem encargos =			2.560,00
Encargos sociais (%) = 69,11%			1.769,22
Total com encargos =			4.329,22
Vale transporte (passagem de ônibus) (R\$) =	3,00		134,40
Auxílio alimentação diário (R\$) =	0,00		-
Assistência médica familiar mensal (R\$) =	0,00		-
Fundo de formação (R\$) =	17,35		17,35
Seguro vida (R\$) =	20,00		20,00
Custo mensal/funcionário (R\$) =			4.500,97
Total do efetivo =			<b>4.500,97</b>

#### 6.1.10- LAVADOR

Quantidade =	1,00		
Total =	1,00		
Salário Nominal Mensal (R\$) =	1.645,00	Salário Ins. (R\$) =	1.645,00
Base semanal (horas) =	44,00		
Base mensal (horas) =	220,00		
	Quant.	Valor Unitário	Total
Horas Extras (100%) =	0,00	14,95	-
Horas Extras (50%) =	0,00	11,22	-
Adicional de noturno (20%) =	0%	1,50	-
Adicional de insalubridade (% sobre salário mínimo) =	30%		493,50
Total sem encargos =			2.138,50
Encargos sociais (%) = 69,11%			1.477,92
Total com encargos =			3.616,42
Vale transporte (passagem de ônibus) (R\$) =	3,00		189,30
Auxílio alimentação diário (R\$) =	0,00		-
Assistência médica familiar mensal (R\$) =	0,00		-
Fundo de formação (R\$) =	17,35		17,35
Seguro vida (R\$) =	20,00		20,00
Custo mensal/funcionário (R\$) =			3.843,07
Total do efetivo =			<b>3.843,07</b>

Nota 1: O Módulo refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

#### RESUMO DA MÃO DE OBRA

##### 6.1 - MÃO DE OBRA DIRETA

96.207,75 100,0%

##### 6.1.6- COBRADOR

29.351,16 30,5%

Real



6.1.7- MOTORISTA	54.011,59	56,1%
6.1.8- AGENTE ADMINISTRATIVO	4.500,97	4,7%
6.1.9- MECÂNICO	4.500,97	4,7%
6.1.10- LAVADOR	3.843,07	4,0%
<b>TOTAL MÃO DE OBRA =</b>		<b>96.207,75</b>



## OBSERVAÇÕES

O **Salário Nominal Mensal (R\$)** deve ser igual ou superior ao salário mínimo definido pela Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) regional, para a categoria profissional em questão, para a jornada de trabalho de 44 horas semanais.

O **Salário Ins. (R\$)** corresponde ao salário base utilizado para o cálculo da insalubridade e deve ser igual ou superior ao valor definido pela Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) regional.

O **Total sem encargos** é obtido somando o **Salário Nominal Mensal (R\$)** com o valor referente ao adicional de insalubridade, obtido multiplicando o **Adicional de insalubridade (%)** pelo **Salário Ins. (R\$)**.

O valor dos **Encargos sociais (%)** é calculado por meio dos valores preenchidos pela empresa proponente na próxima planilha (**Encargos Sociais**).

O **Total com encargos** é a soma do **Total sem encargos** com o valor dos encargos, obtido multiplicando os **Encargos sociais (%)** pelo **Salário Nominal Mensal (R\$)**.

O **Custo mensal/funcionário (R\$)** é obtido somando o **Total com encargos** com os valores referentes a **Vale transporte (R\$)**, **Auxílio alimentação (R\$)**, **Assistência médica familiar (R\$)**, **Fundo de formação (R\$)** e **Seguro de vida (R\$)**.

O **Total do efetivo** é obtido multiplicando a **Quantidade** de funcionários pelo **Custo mensal/funcionário (R\$)**.

Seguro de vida, caso não conste e/ou não esteja estipulado pela convenção coletiva da categoria deverá seguir o estipulado pelo Município:

**Nota explicativa1:** O seguro de vida deverá ter no mínimo as coberturas:

Morte natural ou invalidez por doenças - R\$ 22.500,00

Em caso de morte acidental ou invalidez por acidente - R\$ 45.000,00

**Nota explicativa 2:** Caso não conste na planilha de formação de custo, benefícios/auxílios previstos na convenção coletiva referente as funções contratadas, e/ou forem incluídas em convenções coletivas futuras, os mesmos poderão ser adicionados posteriormente ao contrato por ditivo de repactuação.

*nd*

## TRANSPORTE COLETIVO



### 7 - MATERIAIS

Quilometragem média Mensal **42.077**

ITEM	COEFICIE NTE	PREÇO UNITÁRIO	QTDE VEÍCULOS	CUSTO MENSAL	CUSTO KM RODADO
Lubrificantes	0,004	13,55	12	2.280,57	0,05
Limpeza Química/higienização	10	6,11	12	733,20	0,02
Combustível (Diesel S-10)	0,33	3,16	12	43.877,90	1,04
Arla 32	0,02	1,71	12	1439,0334	0,03
Rodagem Pneus	0,000048	1.559,96	12	3.150,64	0,07
Rodagem Recapagem	0,00012	510,00	12	2.575,11	0,06
Licenciamento +IPVA+ Seguro Obrigatório e Seguro Total + RCO	3%	140.000,00	12	4.200,00	0,10
Bilhetagem e Controle de Operação	1/12	12.000,00	12	1.000,00	0,02
CUSTO POR QUILOMETRO RODADO					1,41
CUSTO MENSAL					<b>59.256,46</b>

**Nota explicativa:** a proponente poderá incluir na planilha outros materiais/ferramentas que julgar necessário para a realização dos serviços.

*Handwritten signature*



## 8 - EQUIPAMENTOS



<b>8.1 EQUIPAMENTOS</b>	
Quantidade de Motorista =	12
Quantidade de Veículos =	12
Custo unitário do veículo (R\$) =	140.000,00
Vida útil (meses) =	60
Valor residual (%) =	35%
Fator de manutenção (% do valor) =	30%
Custo total de manutenção (R\$) =	700,00
Custo da depreciação mensal (R\$) =	1.516,67
Custo do capital (% taxa selic 2% ao ano) =	0,17%
Custo mensal do capital (R\$) =	46,65
Custo total mensal dos equipamentos (R\$) =	27.159,78

**Nota explicativa 1:** A proponente poderá incluir na planilha de custo outros equipamentos que julgar necessário.

**Nota explicativa 2:** Todo veículo deverá ter acessibilidade para o transporte de pessoas com dificuldade de locomoção motora.

nd

9 - ANÁLISE DO PREÇO DE VENDA			
<b>RESUMO DOS CUSTOS OPERACIONAIS</b>			
Descrição		(R\$/mês)	
1	6 - MÃO DE OBRA DIRETA	96.207,75	45,6%
			0,0%
	TOTAL ( 1 a 5 )	96.207,75	45,6%
<b>OUTROS GASTOS</b>			
DESCRIÇÃO		(R\$/mês)	
1	7 - MATERIAIS	59.256,46	28,1%
2	5 - UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO	390,12	0,0%
3	8 - EQUIPAMENTOS	27.159,78	0,0%
	Total dos Custos	183.014,10	86,8%
1	4 - DESPESAS INDIRETAS	5.218,92	2,5%
2	BENEFICIO	12,00%	10,71%
	Total Despesas Indiretas e Lucro	27.806,88	13,19%
	TOTAL GERAL	210.820,99	100,0%
<b>FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA</b>			
% SOBRE O PREÇO DE VENDA			
1	(+) IRRJ	0,00%	32 - Preço mensal R\$219.605,19
2	(+) PIS	0,00%	
3	(+) COFINS	0,00%	
4	(+) ISS	2,00%	
5	(+) CSLL	2,00%	
Soma dos Percentuais		4,00%	
1	1 - (28)	0,9600	
2	1 / (30)	1,0417	
			Valor Tarifa Passagem <b>3,85</b>
			Valor global <b>R\$ 26.352.623,33</b>
			agosto de 2020

1) O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, que não podem ser repassados à Administração, não serão incluídos na proposta de preços apresentada.

Nota 1: O valor dos tributos é obtido aplicando percentual sobre o faturamento.

Nota 2: (\*) O percentual efetivo máximo devido ao ISS será de 5%, transferindo-se a diferença, de forma proporcional, aos tributos federais da mesma faixa de receita bruta anual. (Os dados dos tributos acima deverão ser preenchidos de acordo com o enquadramento da empresa licitante).

Nota 3: Caso a proponente esteja enquadrado em regime de impostos que gere deduções o mesmo deverá ser aplicado a planilha. Na formulação de sua proposta, a empresa deverá observar o regime de tributação ao qual está submetida, inclusive no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, conforme as Leis n.º 10.637/2002 e 10.833/2003 (Acórdão TCU Plenário n.º 2.647/2009).

Nota 4: O vale lembrar que o PIS e Cofins são tributos não cumulativos dentro do regime de lucro presumido.

Nota 5: Contém um resumo dos custos e despesas do serviço. Após a inclusão do Benefício (Lucro do Prestador de Serviço) e dos encargos sobre a Receita Bruta, (como por exemplo, o ISS, PIS e COFINS), obtém-se o Preço de Venda por unidade de serviço.

  
**Raul Zanella**  
 Engenheiro Civil  
 CREA-PR 136.200/D





**ILMO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS**



**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2020**

VIAÇÃO PATO BRANCO S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 79.039.392-0001-52, com sede e foro via lateral da BR 158, nº 3399, Entrada do Bairro São Francisco, na cidade de Pato Branco – Pr., interessada em participar do processo licitatório, por seu Diretor Presidente que esta subscreve, vem respeitosamente apresentar:

**IMPUGNAÇÃO**

Ao Edital de Concorrência Pública Nº 002/2020, em razão dos fatos e fundamentos a seguir elencados, cuja entrega e abertura de envelopes está marcada para às **08h00 do dia 19 de março de 2020.**

**I – DA TEMPESTIVIDADE**

Colhe-se dos termos do Edital de Concorrência Pública Nº 002/2020, no que concerne à Impugnação, Consulta e Esclarecimentos do Edital:

As impugnações ao presente edital poderão ser feitas até as 16h00 do 5º (quinto) dia útil anterior à data fixada para a realização da sessão pública da CONCORRÊNCIA PÚBLICA, por qualquer cidadão mediante requerimento escrito e dirigido ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL, encaminhado por e-mail, ao endereço [licitacao@doisvizinhos.pr.gov.br](mailto:licitacao@doisvizinhos.pr.gov.br) ou mediante protocolo a ser realizado no Departamento de Licitações.

Em se tratando de pretensão licitante, a impugnação poderá ser aduzida até as 16h00 do 2º (segundo) dia útil anterior à data fixada para abertura das propostas.

A data fixada para entrega e abertura das propostas é dia 19 de março de 2020. Portanto, o prazo máximo para protocolo da presente impugnação é até as 16h00 do dia 17 de março de 2020.

Dessa forma, a presente impugnação encontra-se tempestiva.

## II – DOS FATOS

Esta licitação tem como objeto a Outorga de Concessão da Prestação do Serviço Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros no Município de Dois Vizinhos, conforme solicitação da Secretaria Municipal de planejamento e Ações Estratégicas, nos termos da Lei Municipal nº 2280/2019, Lei nº 8987/1995, em conformidade com a Lei nº 8.666/1993 e demais alterações, Projeto Básico – Anexo XI, Planilhas para composição de custos Anexo XII, bem como pelas condições especificadas neste edital.

### LEI MUNICIPAL Nº 2.280/2019.

*Art. 1º “O Transporte Público é um direito fundamental do cidadão e de caráter essencial à população e ao setor produtivo, conforme disposto no Art. 30, inciso V da Constituição Federal.*

*Parágrafo único. O Sistema de Transporte Público do Município de Dois Vizinhos reger-se-á pelas disposições da **Lei Orgânica Municipal**, desta Lei e seus Regulamentos, expedidos pelo Poder Executivo, **por meio de Decretos, bem como Normas Complementares**”.*

### LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS/PR.

*Art. 73 “A formalização dos atos administrativos da competência do Prefeito far-se-á:*

*I - **Mediante decreto**, numerado, em ordem cronológica, quando se tratar de:*

*(.....)*

*j) **permissão para exploração de serviços e para uso de bens municipais;**”*

O Edital de Concorrência Pública Nº 002/2020, foi lançado no dia 14 de fevereiro de 2020.

## III – DOS FUNDAMENTOS DE IMPUGNAÇÃO

### 1. DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA E PLANO DIRETOR.

A Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, regulamentou o capítulo “Política Urbana” da Constituição Federal, detalhando e desenvolvendo os artigos 182 e 183.

A Constituição Federal de 1988 definiu como uma das competências da União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, incluindo os transportes urbanos. Ato contínuo a Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, foi aprovada a Lei Nº 12.587/2012 que instituiu as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, sendo emblemática a alteração do termo inicial de diretrizes nacionais do “transporte coletivo urbano” para diretrizes mais abrangentes referentes à “Política Nacional de Mobilidade Urbana”.

P



A aprovação da Lei consiste, portanto, em um importante marco na gestão das políticas públicas nas cidades brasileiras. Desde então, os municípios possuem segurança jurídica para tomar medidas ou adotar instrumentos de priorização aos modos não motorizados e coletivos de transporte em detrimento ao individual. **A Lei Nº 12.587/2012 possibilita ainda que eventuais ações e investimentos das Prefeituras possam ser contestados, caso eles venham a contrariar as diretrizes fixadas na Lei.**

Com o objetivo de orientar municípios e estados para a construção de Planos de Mobilidade Urbana, municipais e regionais, o extinto Ministério das Cidades, atual Ministério do Desenvolvimento Regional, desenvolveu em 2015, o **"CADERNO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE MOBILIDADE URBANA"**<sup>1</sup>, elaborado pelas equipes técnicas de governo e por profissionais contratados para tal fim.

O público-alvo deste caderno constitui-se de técnicos e gestores públicos que atuam diretamente com as questões de mobilidade urbana nas administrações municipais ou estaduais, bem como de lideranças políticas e de movimentos sociais que atuam nas questões urbanas.

Assim sendo, o Inciso I do §1º do artigo 24 da Lei n. 12.587/12 determina que em Municípios com mais de vinte mil habitantes deverá ser elaborado e aprovado o Plano de Mobilidade Urbana, integrado e compatível com os seus planos diretores.

Segundo dados obtidos no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE<sup>2</sup>, a população do Município de Dois Vizinhos – PR., no último censo era de 36.179 pessoas, com uma população estimada em 2019 de 40.641 pessoas, portanto, o Plano de Mobilidade Urbana (**Projeto Básico**) deverá ser integrado e compatível com o Plano Diretor.

**Questiona-se:**

- 1) Além do disposto no Art. 1º, § único da Lei Municipal Nº 2280/2019, o Sistema de Transporte Público do Município de Dois Vizinhos, também reger-se-á pelas disposições da Lei Federal Nº 12.587/12, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana?
- 2) Nos termos do Art. 11º da Lei Nº 12.587/12, o Sistema de Transporte Público do Município de Dois Vizinhos, foi autorizado, disciplinado e prevê a fiscalização pelo poder público competente, com base nos princípios e diretrizes desta Lei ?
- 3) Considerando o planejamento global dos sistemas de transporte, para a presente licitação, realizou-se estudos de demanda a partir dos dados obtidos das pesquisas de origem/destino?

<sup>1</sup> <http://www.capacidades.gov.br/busca/index/termo/PLANMOB/area/bib/ordem/mar>

<sup>2</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/dois-vizinhos/panorama>

*[Handwritten signature]*

- 4) Foram realizados estudos para medir o índice de renovação de frota utilizando o comparativo entre ocupação máxima de passageiros no ônibus durante uma viagem e o total de passageiros transportados na mesma viagem? Tais dados são de fundamental importância para os processos de dimensionamento da oferta?
- 5) Os bancos de dados operacionais de oferta e demanda foram organizados em séries históricas que permitam conhecer a sua evolução e prever tendências?
- 6) Foi elaborado o Plano de Mobilidade Urbana integrado e Projeto Básico compatível com os respectivos planos diretores ou neles inserido?

## 2. DA REMUNERAÇÃO DA CONCESSÃO.

No que tange as receitas do contrato de concessão, há dúvida no que concerne ao que integra realmente as receitas da concessionária e o que se entende sobre a TARIFA, vez que há tarifa técnica e tarifa pública.

Do edital de licitação se extrai as seguintes informações:

2.1. As receitas necessárias para remunerar os encargos da concessão e a Concessionária advirão exclusivamente da **cobrança de tarifa**.

2.5. **Constitui receita da concessionária a tarifa paga pelos usuários** em moeda corrente, no ato da utilização do serviço, ou pela efetiva recepção de comprovante de pagamento antecipado da mesma tarifa pela compra de crédito de acesso, bilhete eletrônico etc.

LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012.

*Art. 9º "O regime econômico e financeiro da concessão e o da permissão do serviço de transporte público coletivo serão estabelecidos no respectivo edital de licitação, sendo a **tarifa de remuneração da prestação de serviço de transporte público coletivo resultante do processo licitatório da outorga do poder público**.*

*§ 1º A **tarifa de remuneração** da prestação do serviço de transporte público coletivo deverá ser constituída pelo preço público cobrado do usuário pelos serviços somado à receita oriunda de outras fontes de custeio, de forma a cobrir os reais custos do serviço prestado ao usuário por operador público ou privado, além da remuneração do prestador.*

*§ 2º O preço público cobrado do usuário pelo uso do transporte público coletivo denomina-se **tarifa pública**, sendo instituída por ato específico do poder público outorgante".*

Outro ponto que merece análise, diz respeito as receitas provenientes de publicidade, vez que, a Lei Municipal 2.280/2019 prevê que as receitas com publicidade integrarão a planilha tarifária, constituindo assim receita para a concessionária, o que não foi recepcionado pelo Edital de Licitação, incorrendo em ilegalidade perante a lei do transporte.



Art. 49. São itens da planilha para efeito de cálculo tarifário:

I - Custo operacional;

II - Custo de capital;

III - Custo de administração;

IV - Custo tributário;

V - **Receitas provenientes de publicidade. (Grifo nosso)**

Art. 54. Considera-se receitas provenientes de publicidade, aquelas advindas da venda de espaço em veículo utilizado para o transporte público coletivo regular de passageiros.

**Questiona-se:**

- 7) Os critérios de política tarifária, estabelecidos pelo Poder Concedente no presente edital, estão adequados aos dispostos no Art. 9º da Lei Federal nº12.587/12?
- 8) A cobrança de tarifa a que se refere o Item 2.1 do Edital da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2020, resultante do processo licitatório da outorga do poder público e que remunerará os encargos da concessão e a Concessionária é a tarifa de remuneração ou a tarifa pública?
- 9) Na constituição da receita da concessionária, a tarifa paga pelos usuários a que se refere o Item 2.5 do Edital da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2020 é a tarifa pública?
- 10) Durante a vigência do contrato, ocorrendo a existência de diferença a menor entre o valor monetário da tarifa de remuneração da prestação do serviço de transporte público de passageiros, resultante do processo licitatório da outorga do poder público e a tarifa pública cobrada do usuário (**déficit**), o poder público cobrirá este déficit com receitas extratarifárias, receitas alternativas, subsídios orçamentários, subsídios cruzados intrasetoriais e intersetoriais provenientes de outras categorias de beneficiários dos serviços de transporte, dentre outras fontes, instituídos pelo poder público delegante?
- 11) Nos termos do Art. 10º, § único da Lei 12.587/12, ocorrendo a necessidade de **subsídio tarifário** ao custeio da operação do transporte público coletivo, o mesmo está definido em contrato, com base em critérios transparentes e objetivos de produtividade e eficiência, especificando, minimamente, o objetivo, a fonte, a periodicidade e o beneficiário?
- 12) Nos termos do Art. 10º, Inciso V, da Lei 12.587/12, a contratação dos serviços de transporte público coletivo, observa as diretrizes quanto a identificação de eventuais fontes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, bem como, consta no Edital sob análise a menção de que os ganhos com eficiência e produtividade ficarão com a CONCESSIONÁRIA, conforme § 9º, artigo 9º, da Lei 12.587/12 ? Ainda, que **parcela** de tais ganhos serão destinados à modicidade tarifária?
- 13) As receitas provenientes da venda de publicidade nos veículos integram ou não as receitas da concessionária?

Viação Pato Branco S/A.

Via Lateral da Rodovia BR 158, 3399 – Fone (46) 3220-7500 –Bairro: São Francisco – CEP 85.504-670 – Pato Branco – Paraná

E-mail: [brantur@brantur.com.br](mailto:brantur@brantur.com.br) – Site: [www.brantur.com.br](http://www.brantur.com.br)

2

### 3. DA ALOCAÇÃO DE RISCOS

Outro ponto relevante que se faz necessário ter mais clareza, diz respeito aos riscos decorrentes do contrato de concessão, vez que não há nenhuma matriz de riscos elaborada com base no serviço que se está licitando, o que é uma obrigação do órgão licitante elaborar a matriz de riscos de todo o contrato.

Vejamos abaixo a redação do edital quanto aos riscos da concessão:

**CLÁUSULA VIII**  
*Da Assunção de Riscos*

8.1. A CONCESSIONÁRIA assumirá, em decorrência deste CONTRATO, integral responsabilidade pelos riscos inerentes à concessão, ressalvados os casos expressamente previstos no presente contrato e as situações previstas em Lei.

**CLÁUSULA IX**  
*Do Risco Geral de Redução da Quantidade de Passageiros*

9.1. O CONCEDENTE assumirá o risco de redução da quantidade de passageiros em relação aos números apresentados no PROJETO BÁSICO, que nortearam a elaboração da PROPOSTA FINANCEIRA, promovendo o ajuste do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, nos termos deste CONTRATO.

9.2. Não se constitui risco a ser assumido pela CONCESSIONÁRIA o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato causado por conduta omissiva ou comissiva do CONCEDENTE, por fato do príncipe, por caso fortuito ou força maior ou por qualquer evento em razão do qual a Lei ou o presente contrato assegure a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

O artigo 10º, Inciso III da Lei 12.587/12 dispõe:

*Art. 10. "A contratação dos serviços de transporte público coletivo será precedida de licitação e deverá observar as seguintes diretrizes:*

*(.....)*

*III - alocação dos riscos econômicos e financeiros entre os contratados e o poder concedente";*

*"Considerando que a matriz de riscos consiste no documento que discrimina de forma clara e objetiva os riscos assumidos por cada uma das partes na celebração do contrato. Ou seja, quais riscos contratuais são assumidos pela Administração e quais riscos são incorporados pelo particular".<sup>3</sup>*

Ainda da mesma fonte:

<sup>3</sup> <https://www.vgplaw.com.br/matriz-de-riscos-nos-contratos-administrativos-firmados-a-partir-da-lei-no-8-66693-e-do-rdc/>



"A razão é uma só. A partir dela é possível visualizar as responsabilidades de cada uma das partes e, assim, identificar de forma clara e objetiva os casos em que é devido o reequilíbrio econômico financeiro. Ora, não será devido o reequilíbrio econômico financeiro quando o risco foi alocado para o particular.

Porém, é importante ressaltar apenas que a alocação de riscos deve ser realizada com bastante cautela, de modo que cada parte seja responsável pelos riscos que realmente pode e deve suportar. **Este instrumento não pode ser utilizado com o fim único de retirar da Administração responsabilidades, mas sim como forma de equilibrar as responsabilidades contratuais e conferir segurança jurídica para ambas as partes".**

**Questiona-se:**

- 14) Está disponível aos licitantes documento que discrimina de forma clara e objetiva os riscos assumidos por cada uma das partes na celebração do contrato, considerando, entre outros, as seguintes dimensões de risco: i) Implantação de Veículos e Sistemas; (ii) Riscos Relacionados aos Investimentos Públicos e Impacto sobre a Produtividade dos Serviços; (iii) Regulamentação Ambiental; (iv) Perda de Demanda; (v) Gratuidades; (vi) Perda de Receita: Dinâmica de sistemas integrados de transportes; (vii) Perda de Receita: Atos do Poder Público; (viii) Dificuldades de Operação dos serviços; (ix) Questões Trabalhistas; e (x) Ambiente Macroeconômico?

**4. DO VALOR MÁXIMO DO EDITAL.**

O Edital de licitação prevê o preço máximo da TARIFA e valor mínimo de OUTORGA, contudo há inconsistências na fixação dos referidos valores, o que demanda de uma análise aprofundada quanto aos valores fixados no Edital, vejamos:

3.1. O VALOR MÁXIMO neste certame para TARIFA, está fixado em R\$3,50 (três reais e cinquenta centavos).

3.2. O valor MINÍMO neste certame para OUTORGA, está fixado em R\$ 239.700,32 (duzentos e trinta e nove mil, setecentos reais e trinta e dois centavos).

3.3. O valor estimado do contrato corresponde a R\$ 23.970.032,40 (vinte e três milhões, novecentos e setenta mil, trinta e dois reais e quarenta centavos) **com referência ao mês de julho de 2019.**

3.4. O valor estimado foi calculado com base na média de passageiros equivalentes transportados em 2019, multiplicados pela tarifa de referência e pelo prazo de Concessão.

Assim, a Lei n. 8.666/93 faz remissões à estimativa de custos como baliza procedimental necessária nas licitações públicas. O parágrafo 2º do artigo 40 da referida lei determina a necessidade de orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários como anexo do edital. Já o artigo 44 da mesma lei, ao tratar sobre o julgamento das propostas, ressalvada a exceção ali constante, não admite a apresentação de preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários

Viação Pato Branco S/A.

Via Lateral da Rodovia BR 158, 3399 – Fone (46) 3220-7500 –Bairro: São Francisco – CEP 85.504-670 – Pato Branco – Paraná

E-mail: [brantur@brantur.com.br](mailto:brantur@brantur.com.br) – Site: [www.brantur.com.br](http://www.brantur.com.br)

2



de mercado. Assim, é necessário que o órgão licitante possua estimativa prévia que permita verificar se os preços propostos são realizáveis, exequíveis ou compatíveis com os preços praticados pelo mercado.

O valor máximo da tarifa, fixado em R\$3,50 (três reais e cinquenta centavos) no Item 3.1 do Edital, possui como referência de preços o mês de **mês de julho de 2019**, no Item 3.3 do Edital, a data e horário para recebimento dos envelopes 1 e 2 e abertura do certame é em 19 de março de 2020, ou seja, **232 dias após o mês de referência dos preços**, que representam quase 08 meses de defasagem nos preços praticados pelo mercado.

**Questiona-se:**

- 15) O valor máximo da tarifa, fixado em R\$3,50 (três reais e cinquenta centavos) no Item 3.1 do Edital, não deverá ser atualizado com os preços de mercado vigentes no mês de publicação do aviso de licitação?
- 16) O valor da OUTORGA definida no Item 3.2 do Edital, será revertida para o próprio Sistema de Mobilidade Urbana? Como foi definido o valor da OUTORGA e sua destinação? Qual é o efeito da OUTORGA nos custos do Sistema de Transporte Público do Município de Dois Vizinhos e o seu reflexo na Tarifa?
- 17) Está disponível aos licitantes estudos de avaliação financeira da concessão do ponto de vista dos investimentos privados, com base na análise dos fluxos de caixa de custos e receitas tangíveis (exclusivamente monetários) e definidos os indicadores de viabilidade já consagrados na análise econômica: taxa interna de retorno (TIR), relação benefício/custo (B/C), valor presente líquido (VPL) e "payback" afim de atestar a exequibilidade da política tarifária adotada pelo Município?
- 18) Está disponível aos licitantes a viabilidade econômico-financeira dos serviços que serão prestados, nas condições exigidas pelo Edital (tarifa máxima, outorga, renovações de frota, quilometragem, idade máxima da frota) no transcorrer do contrato?

**5. DO TIPO DE LICITAÇÃO.**

O edital de licitação determina o tipo de licitação, qual seja, de melhor lance e oferta, contudo, há inconsistência quando a este tópico, cabendo ao órgão licitante esclarecer alguns pontos que abaixo serão elencados.

*4.1. A licitação será realizada pelo **TIPO MELHOR LANCE E OFERTA**, representada pela **MENOR TARIFA** e **MAIOR VALOR DA OUTORGA** ofertadas na proposta de preços – envelope 2 - desde que atenda as condições e exigências deste edital.*

O artigo 45 da Lei Nº 8.666/93 estabelece que:

*Art. 45. "O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade*

**Viação Pato Branco S/A.**

Via Lateral da Rodovia BR 158, 3399 – Fone (46) 3220-7500 – Bairro: São Francisco – CEP 85.504-670 – Pato Branco – Paraná

E-mail: [brantur@brantur.com.br](mailto:brantur@brantur.com.br) – Site: [www.brantur.com.br](http://www.brantur.com.br)

com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

§ 1º. Para os efeitos deste artigo, constituem **tipos de licitação**, exceto na modalidade concurso:

I - a de menor preço - quando o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração determinar que será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço;

II - a de melhor técnica;

III - a de técnica e preço.

IV - a de maior lance ou oferta - **nos casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso**<sup>4</sup>.

(.....)

§ 4º Para contratação de bens e serviços de informática, a administração observará o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, levando em conta os fatores especificados em seu parágrafo 2º e adotando obrigatoriamente o tipo de licitação **"técnica e preço"**, permitido o emprego de outro tipo de licitação nos casos indicados em decreto do Poder Executivo.

§ 5º **É vedada** a utilização de outros tipos de licitação não previstos neste artigo".

Ainda:

Art. 46. "Os tipos de licitação **"melhor técnica" ou "técnica e preço"** serão utilizados exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos, ressalvado o disposto no § 4º do artigo anterior".

Pois bem, se o § 5º, artigo 45 da Lei Nº 8.666/93, veda a utilização de outros tipos de licitação não previstos neste artigo. Se a licitação tipo **"maior lance ou oferta"** é reservada aos casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso, e a licitação tipo **"melhor técnica" ou "técnica e preço"** será utilizada **exclusivamente** para serviços de natureza predominantemente intelectual e **obrigatoriamente** para contratação de bens e serviços de

<sup>4</sup> "Concessão de direito real de uso – é o contrato pelo qual a Administração transfere o uso remunerado ou gratuito de **terreno público** a particular, como direito real resolúvel, para que dele se utilize em fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo ou qualquer outra exploração de interesse social". Hely Lopes Meirelles.



informática, com ressalva neste último caso, para outro tipo de licitação nos casos indicados em decreto do Poder Executivo.

**Questiona-se:**

- 19) A licitação que tem como objeto a Outorga de Concessão da Prestação do Serviço Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros no Município de Dois Vizinhos, realizada pelo tipo MELHOR LANCE E OFERTA, na CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2020, está em conformidade com a Lei Nº 8.666/93?

**6. DA DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 1**

**a. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**

**9.1.2. PARA FINS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA.**  
(...)

*c. O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira:*

*LG= Liquidez Geral – igual ou superior a 1*

*SG= Solvência Geral – igual ou superior a 1*

*LC= Liquidez Corrente – igual ou superior a 1*

*Sendo,*

*LG=(AC+RLP) / (PC+ELP)*

*SG= AT / (PC+ELP)*

*LC= AC / PC*

*Onde:*

*AC= Ativo Circulante*

*RLP= Realizável a Longo Prazo*

*PC= Passivo Circulante*

*ELP= Exigível a Longo Prazo*

*AT= Ativo Total*

O artigo 31, § 5º da Lei Nº 8.666/93 estabelece que:

*Art. 31. “A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:*

*(...)*

*§ 5º. A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação”.*

**Questiona-se:**

- 20) Os índices contábeis previstos no edital, foram devidamente justificados no processo administrativo da licitação que deu início ao certame licitatório ?

Viação Pato Branco S/A.

Via Lateral da Rodovia BR 158, 3399 – Fone (46) 3220-7500 – Bairro: São Francisco – CEP 85.504-670 – Pato Branco – Paraná

E-mail: [brantur@brantur.com.br](mailto:brantur@brantur.com.br) – Site: [www.brantur.com.br](http://www.brantur.com.br)



21) Foram considerados para definição dos índices contábeis a estrutura das operações (circulante) e a estrutura de capitais requeridas (financiamentos)?

22) Os índices contábeis previstos no edital representam a realidade do setor de serviços, a quem pretende-se outorgar a Concessão da Prestação do Serviço Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros no Município de Dois Vizinhos?

b. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

9.1.4.1. A documentação relativa à qualificação técnica consiste em: a Licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) em seu nome ou das empresas componentes do Consórcio Licitante, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado prestadora de serviço público, apto a **comprovar o desempenho da prestação de serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros, em linhas urbanas, com veículos do tipo ônibus e/ou micro-ônibus urbanos, pertinente e compatível com o objeto da presente licitação, por período de delegação mínimo de 12 (doze) meses.**

O artigo 3º, § 1º, Inciso I, da Lei Nº 8.666/93 estabelece que:

*Art. 3º "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

*§ 1º É vedado aos agentes públicos:*

*I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, **cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991";*

*Art. 30. "A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a*

*§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de **aptidão com limitações de tempo ou de época** ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação".*

A lei Nº 13.974/19 que instituiu a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece garantias de livre mercado nos seguintes termos:

*Art. 4º "É dever da administração pública e das demais entidades que se vinculam a esta Lei, no exercício de regulamentação de norma pública pertencente à legislação sobre a qual esta Lei versa, exceto se em estrito cumprimento a previsão explícita em lei, evitar o abuso do poder regulatório de maneira a, indevidamente:*

Viação Pato Branco S/A.

Via Lateral da Rodovia BR 158, 3399 – Fone (46) 3220-7500 – Bairro: São Francisco – CEP 85.504-670 – Pato Branco – Paraná

E-mail: [brantur@brantur.com.br](mailto:brantur@brantur.com.br) – Site: [www.brantur.com.br](http://www.brantur.com.br)

2

- I - **criar reserva de mercado** ao favorecer, na regulação, grupo econômico, ou profissional, em prejuízo dos demais concorrentes;
- II - **redigir enunciados que impeçam a entrada de novos competidores nacionais ou estrangeiros no mercado;**
- III - **exigir especificação técnica que não seja necessária para atingir o fim desejado**”;

**Questiona-se:**

- 23) Os atestados de capacidade técnica requeridos no Item 9.1.4.1 do Edital, estão em conformidade com as disposições da Lei Nº 8.666/93 e lei Nº 13.974/19 ?
- 24) Na ausência qualificação técnica-operacional do licitante, poderá o mesmo, comprovar a qualificação técnica requerida no Item 9.1.4.1., através da qualificação técnico-profissional, ao indicar o responsável por sua gestão, com experiência em gestão de transporte coletivo urbano de passageiros ?

**c. DO CONSÓRCIO.**

9.1.4.2. Quando o(s) atestado(s) de capacidade técnica forem emitidos por pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, será indispensável o reconhecimento de firma da assinatura do emitente. Em se tratando de atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público, o reconhecimento de firma da assinatura do emitente será dispensado pela presunção de legitimidade do documento.  
(....)

c) Em caso de **Consórcio**, a comprovação da experiência a que se refere o presente item poderá ser realizada pelo somatório das experiências de seus integrantes, na proporção da participação no Consórcio;

d) O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em nome da empresa proponente ou da empresa integrante de **Consórcio**, por se tratar de comprovação de experiência técnico-operacional, sendo vedada a apresentação de atestados em nome de sócios ou responsáveis técnicos da proponente ou das empresas integrantes do Consórcio;

O artigo 18, Inciso XIII, da Lei nº 8.987/95, dispõe que, sendo permitida a participação de empresas **consorciadas**, o Edital de licitação deverá prever as condições de liderança da empresa responsável pelo consórcio.

Ainda na supracitada lei de concessões públicas:

**Art. 19.** “Quando permitida, na licitação, a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:

- I - **comprovação de compromisso, público ou particular, de constituição de consórcio, subscrito pelas consorciadas;**
- II - **indicação da empresa responsável pelo consórcio;**
- III - **apresentação dos documentos exigidos nos incisos V e XIII do artigo anterior, por parte de cada consorciada;**
- IV - **impedimento de participação de empresas consorciadas na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.**



§ 1º O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I deste artigo.

§ 2º A empresa líder do consórcio é a responsável perante o poder concedente pelo cumprimento do contrato de concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais consorciadas”.

**Questiona-se:**

25) Embora o Edital admita a participação de **Consórcios**, o mesmo estabelece o regramento que detalhe os procedimentos que permitam esta participação, em especial no que diz respeito à liderança do **Consórcio** ?

**7. DA VALIDADE DA PROPOSTA.**

Outro ponto que causa insegurança para as licitantes, é no que tange a validade da proposta apresentada, vez que o Edital fixa 2 prazos distintos, cabendo órgão licitante esclarecer e definir um prazo único para a validade das proposta que serão apresentadas.

10.3. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **150 (cento e cinquenta) dias**.

10.3.1. Decorridos 150 (cento e cinquenta) dias da data da entrega dos envelopes, sem convocação para a contratação, ficam as LICITANTES liberadas dos compromissos assumidos, sendo facultado, todavia, à COMISSÃO, solicitar das mesmas a renovação do prazo de validade das respectivas propostas até a data de celebração do contrato de concessão.

11.3. Prazo de validade da proposta, de 180 (cento e oitenta) dias, que será contado a partir da data prevista para a abertura dos envelopes. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.

**Questiona-se:**

26) Qual é o prazo correto de validade da proposta ? O prazo do Item 10.3, ou o prazo do Item 11.3 do Edital ?

**8. DA HOMOLOGAÇÃO.**

17.3. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, a Prefeitura do Município de Dois Vizinhos convocará o licitante vencedor para, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis, assinar o contrato**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e das demais sanções legais aplicáveis.

O artigo 64, § 3º, da Lei nº 8.666/93, dispõe:

Art. 64. “A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 desta Lei.



§ 3º **Decorridos 60 (sessenta) dias** da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos”.

**Questiona-se:**

- 27) Se, nos termos do Item 17.3 do Edital, a Prefeitura do Município de Dois Vizinhos irá convocar o licitante vencedor para, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis, assinar o contrato**. Porque, os prazos de validade da proposta nos Itens 10.3 e 11.3 do Edital, não estão em conformidade com o disposto no artigo 64, § 3º da Lei Nº 8.666/93?

**9. DO PRAZO DE INÍCIO DA OPERAÇÃO.**

5.2. O prazo para início da operação do serviço será de **até 120 (cento e vinte) dias contados a partir da assinatura do contrato**, observadas as condições do Edital e seus anexos.

18.2. O prazo máximo para início das operações é de **150 (cento e cinquenta) dias, contados da data da assinatura do contrato de concessão, com a possibilidade de prorrogação de mais 30 (trinta) dias para sanar eventuais vícios**. O não cumprimento deste prazo acarretará na rescisão do contrato, conforme art. 78, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93, podendo a administração, garantindo a prévia defesa, aplicar à CONCESSIONÁRIA, as sanções previstas no art. 87, inciso I a IV da Lei Federal nº 8.666/93, observando os procedimentos e requisitos dispostos neste instrumento.

18.4. A licitante vencedora terá **até 150 (cento e cinquenta) dias da assinatura do contrato, com a possibilidade de prorrogação de mais 30 (trinta) dias para sanar eventuais vícios**, para apresentar a frota e imóvel conforme especificado no Projeto Básico, Anexo XI, sendo que para comprovação dos veículos, também deverão apresentar

**Questiona-se:**

- 28) Qual é o prazo correto para início da operação ? O prazo do Item 5.2, ou os prazos dos Item 18.2 e 18.4 do Edital ?

**10. DO REAJUSTE DA TARIFA.**

21.1. O reajuste da tarifa dar-se-á anualmente, conforme critérios estabelecidos na Lei Municipal nº 2280/2019, sendo que o **cálculo da tarifa será efetuado pelo órgão gestor com base em planilha de custos**.

21.2. O primeiro reajuste só poderá ocorrer **após 12 (doze) meses contados da assinatura da data limite para apresentação da proposta**, a tarifa será revisada para restabelecer **a equação originária entre os encargos e as receitas da concessão**, formada pelas regras do presente Edital de Licitação e seus anexos, bem como pela proposta financeira vencedora da licitação,

sempre que ocorrerem quaisquer situações que afetem o **equilíbrio econômico-financeiro da concessão**.

**Questiona-se:**

29) O termo utilizado no Item 21.2 do Edital - "O primeiro reajuste só poderá ocorrer após 12 (doze) meses contados da assinatura da data limite para apresentação da proposta", não possui a objetividade necessária a seu pleno entendimento. Qual deve ser a interpretação correta:

"O primeiro reajuste só poderá ocorrer após 12 (doze) meses contados da data limite para apresentação da proposta" ? ou "O primeiro reajuste só poderá ocorrer após 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato" ?

30) Quais serão os indicadores utilizados para restabelecer a equação originária entre os encargos e as receitas da concessão do Item 21.2 do Edital ? Os indicadores de viabilidade já consagrados na análise econômica: taxa interna de retorno (TIR), valor presente líquido (VPL) e "payback" afim de atestar a exequibilidade da política tarifária ?

21.4. Para os efeitos previstos nos itens anteriores, a revisão dar-se-á, dentre outros, nos seguintes casos, que poderão ocorrer simultaneamente ou não:

(....)

k) Na hipótese da aplicação do processo de revisão da tarifa resultar em valor que não seja múltiplo de R\$ 0,05 (cinco centavos de real), será aplicado arredondamento matemático da tarifa pelo critério científico para o múltiplo de R\$ 0,05 (cinco centavos de real) mais próximo.

A Norma Técnica ABNT NBR 5.891/2014 determina que: quando o algarismo a ser conservado for seguido de algarismo inferior a 5, o último algarismo a ser conservado permanecerá sem modificação; quando o algarismo a ser conservado for seguido de algarismo superior a 5, ou igual a 5, seguido de no mínimo um algarismo diferente de zero, soma-se uma unidade ao algarismo a ser conservado e retiram-se os posteriores; quando o algarismo imediatamente seguinte ao último algarismo a ser conservado for 5 seguido de zeros, dever-se-á arredondar o algarismo a ser conservado para o algarismo par mais próximo; quando o algarismo imediatamente seguinte ao último a ser conservado for 5 seguido de zeros, se for par o algarismo a ser conservado, ele permanecerá sem modificação.

**Questiona-se:**

31) O critério de arredondamento matemático das tarifas é compatível com a Norma Técnica ABNT NBR 5.891/2014 ?

**11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA.**

Quanto as obrigações da concessionária, se faz necessário esclarecimentos para que a proposta contemple todas as necessidades exigidas pelo Edital.

**CLÁUSULA XVII**  
**Das Obrigações da CONCESSIONÁRIA**

Viação Pato Branco S/A.

Via Lateral da Rodovia BR 158, 3399 – Fone (46) 3220-7500 – Bairro: São Francisco – CEP 85.504-670 – Pato Branco – Paraná

E-mail: [brantur@brantur.com.br](mailto:brantur@brantur.com.br) – Site: [www.brantur.com.br](http://www.brantur.com.br)





16.2. Sem prejuízo do cumprimento dos encargos previstos no Edital de Licitação e seus anexos, e das disposições contidas na Lei Municipal 2280/2019, incumbe à CONCESSIONÁRIA:

(.....)

n) Realizar a cobrança de tarifa em dinheiro, nos ônibus, terminais de transbordo e, quando houver, nos pontos de parada do Sistema, bem como a comercialização de todos e quaisquer créditos para uso no transporte coletivo público de passageiros do Município de Dois Vizinhos;

o) Arcar com os desembolsos necessários à operacionalização do cadastramento de usuários, comercialização, distribuição e controle dos passes, bilhetes e cartões magnéticos e/ou smart cards e, ainda, a gestão do pessoal ligado a esta atividade;

p) Implantar, operar, gerenciar e administrar, a partir do início da operação dos serviços, o Sistema de Bilhetagem Eletrônica;

**Questiona-se:**

32) Quais serão os terminais de transbordo e pontos de parada do Sistema ?  
Nestes locais é necessário que a CONCESSIONÁRIA desloque operador ?

33) O Poder Concedente, no cálculo da Tarifa, considerou os custos da CONCESSIONÁRIA com a implantação de central de vendas e atendimento, bem como dos Postos de Cadastro para a comercialização de todos e qualquer bilhetes de passagens e créditos eletrônicos para uso do transporte coletivo ? Se sim, consta em qual rubrica da planilha de custos ?

v) Manter garagem área de estacionamento e administração e demais instalações definidas no Edital de Licitação, em tamanho suficiente para abrigar toda sua frota e equipamentos, observando toda a legislação pertinente, inclusive de uso do solo e meio ambiente;

**Questiona-se:**

34) Quais são as demais instalações definidas no Edital de Licitação no tocante às garagens ?

**12. DA PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE 2**

10.5.1. Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem as exigências do Anexo X presente edital, ou que seja manifestadamente inexequível, financeiramente incompatível, ou que possua informações incompatíveis com os dados, compromissos e documentos apresentados na DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO da respectiva LICITANTE.

**Questiona-se:**

Viação Pato Branco S/A.

Via Lateral da Rodovia BR 158, 3399 – Fone (46) 3220-7500 – Bairro: São Francisco – CEP 85.504-670 – Pato Branco – Paraná

E-mail: [brantur@brantur.com.br](mailto:brantur@brantur.com.br) – Site: [www.brantur.com.br](http://www.brantur.com.br)

- 35) Quais serão os critérios utilizados para definir que as propostas de preços são financeiramente incompatíveis? A avaliação financeira da concessão do ponto de vista dos investimentos privados, com base na análise dos fluxos de caixa de custos e receitas tangíveis?

### 13. DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS.

#### a. IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO.

Na Planilha Orçamentária de Formação de Custos, na “pasta” – “Identificação do Serviço”, alínea “D”, consta que o número de meses de execução contratual é igual a **(60 meses)**, em desacordo com o estabelecido no 5.1 do Edital, onde se estabelece que, o prazo da concessão será de 10 anos **(120 meses)**, contados da data da assinatura e publicação do contrato, prorrogável por igual período até o limite total de 30 anos, desde que justificado pelo interesse público.

1 - IDENTIFICAÇÃO		
	Nº Processo	
	Licitação Nº	XX/2019
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)		
<b>A</b>	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
<b>B</b>	Município/UF	Dois Vizinhos
<b>C</b>	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	2019
<b>D</b>	Nº de meses de execução contratual	60
<b>E</b>	Local da prestação de serviços	Diversos Setores

*Nota 1: Será considerada a data da apresentação da proposta alínea "A" que deverá coincidir com a data limite da apresentação da proposta da licitação (data da abertura da licitação), para fins de concessão de reajuste.*

#### b. DIMENSIONAMENTO.

2.1- TRAJETO/PRODUÇÃO		
Tipo de Serviço	TRANSPORTE COLETIVO	
Unidade Medida	Mensal	
Quilometragem média percorrida por mês		42.077
Quantidade Total a Contratar em função da Unidade medida		120
Quantidade média de pessoas transportadas por mês		74.500
<b>Pagantes integral</b>		<b>46.000</b>
Pagantes estudantes		22.000
Idosos e Deficiente		6.500

No Item 6.3 – QUILOMETRAGEM MÉDIA MENSAL, do Projeto Básico é informado que a **quilometragem média mensal operacional** prevista para o sistema proposto ficou estimada em aproximadamente 42.077 quilômetros.

Como no Edital em análise, não há um glossário em que se organizem as palavras e/ou termos que foram utilizados no mesmo, a definição de “quilometragem média mensal operacional” não esclarece a que fim se presta.



Para tanto, procurou-se a definição do termo no **MANUAL DE CUSTOS DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO POR ÔNIBUS<sup>5</sup>**, da Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbanos – NTU, que juntamente com a Associação Nacional de Transportes Públicos -ANTP, Frente Nacional de Prefeitos e o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Públicos de Transporte Urbano e Trânsito, desenvolveram nova planilha de custos/manual, com o objetivo de calcular o custo da produção dos serviços, com absoluta acuidade, veracidade e transparência, extraindo-se a seguinte definição:

- **QUILOMETRAGEM PROGRAMADA:** A quilometragem mensal percorrida é obtida multiplicando-se a extensão de cada linha pelo respectivo número de viagens programadas, observando-se o número de dias úteis, sábados, domingos e feriados. **A esse resultado deverá ser acrescida a quilometragem improdutiva**, que ocorre sem o transporte de passageiros entre as garagens das empresas operadoras ou terminais/estações e os pontos iniciais/finais das linhas de ônibus.

Outro ponto que merece esclarecimento por parte do órgão licitante é no que tange aos itinerários das linhas propostas para operação, vez que há no Edital somente a colagem de mapas, onde não é possível verificar por quais vias os veículos irão trafegar, para que assim, a licitante possa analisar as linhas e ter ciência da severidade da operação e as condições de trafegabilidade, cabendo ao órgão licitante determinar todos os itinerários das linhas, delimitando todas as ruas em que será necessário trafegar com os veículos.



<sup>5</sup> <http://files.antp.org.br/2017/8/21/1.-metodo-de-calculo--final-impresso.pdf>

Tabelas	Km Diário			Km Mensal		
	Dias Úteis	Sábado	Domingo	Dias Úteis	Sábado	Domingo
1	144	0	0	3.132	0	0
2	118	0	0	2.571	0	0
3	59	0	0	1.285	0	0
4	59	0	0	1.285	0	0
5	103	0	0	2.245	0	0
6	66	0	0	1.436	0	0
7	45	0	0	974	0	0
8	36	0	0	774	0	0
9	181	0	0	3.928	0	0
10	165	0	0	3.589	0	0
11	0	52	0	0	225	0
12	0	177	0	0	768	0
13	0	276	0	0	1.195	0
14	0	0	165	0	0	715
15	0	0	146	0	0	631
16	0	0	53	0	0	231
17	0	20	0	0	85	0
18	0	18	0	0	78	0
19	0	21	0	0	89	0
20	18	0	0	389	0	0
21	0	21	0	0	89	0
22	104	0	0	2.262	0	0
23	107	0	0	2.323	0	0
Inter I	252	0	0	5.491	0	0
Inter I	0	69	0	0	298	0
Inter II	252	0	0	5.491	0	0
Inter II	0	115	0	0	497	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.709</b>	<b>767</b>	<b>364</b>	<b>37.175</b>	<b>3.325</b>	<b>1.577</b>

  

Nº Dias Ano			Nº Dias - Mês Médio		
Dias Úteis	Sábados	Domingos	Dias Úteis	Sábados	Domingos
261	52	52	21,75	4,33	4,33

  

Km Produtiva - Média Mensal
42.077

**Questiona-se:**

- 36) No cálculo da quilometragem média mensal operacional do Item 6.3 do Projeto Básico, foi considerada a quilometragem improdutiva? Se sim, em que proporção da quilometragem média mensal operacional?
- 37) Por quais vias (ruas, travessas, avenidas etc) trafegam os veículos na operação do ROTEIRO 01, ROTEIRO 02, ROTEIRO 03, ROTEIRO 04, ROTEIRO 05, ROTEIRO - 06, ROTEIRO - 07, ROTEIRO - 08, ROTEIRO - 09, ROTEIRO - 10, ROTEIRO - 11, ROTEIRO - 12, ROTEIRO - 13, ROTEIRO - 14, ROTEIRO - 15, ROTEIRO - 16, ROTEIRO - 17, ROTEIRO

Viação Pato Branco S/A.

Via Lateral da Rodovia BR 158, 3399 – Fone (46) 3220-7500 – Bairro: São Francisco – CEP 85.504-670 – Pato Branco – Paraná

E-mail: [brantur@brantur.com.br](mailto:brantur@brantur.com.br) – Site: [www.brantur.com.br](http://www.brantur.com.br)



– 18, ROTEIRO – 19, ROTEIRO – 20, ROTEIRO – 21, ROTEIRO – 22, ROTEIRO – 23, INTERBAIRROS I e INTERBAIRROS II?

Ainda, no Item 6.5 – INDICADORES OPERACIONAIS PREVISTOS, do Projeto Básico é informado que o potencial de demanda média mensal, com base anual, do **sistema foi estimado em 68.000 passageiros equivalentes**, ou seja, pagantes. O sistema de transporte contabiliza ainda uma demanda de não pagantes, estimada em 6.500 passageiros mensais, com direito a gratuidades previstas em lei, sendo assim um volume de passageiros transportado não computado como demanda equivalente.

O IPKe (índice de passageiros equivalentes por quilometro) resultante de um potencial de demanda média mensal de 68.000 passageiros e de uma quilometragem média mensal prevista em 42.077 km é de 1,61 passageiros/km.

Contudo, o artigo 58 da Lei Municipal Nº 2280/2019 dispõe:

*Art. 58 “Aos alunos regularmente matriculados no ensino fundamental, médio, técnico e superior dos estabelecimentos de ensino público e privado no Município, fica assegurado 50% (cinquenta por cento) de desconto na tarifa praticada no transporte coletivo urbano, considerando:*

*I - Limite de 2 (dois) a 4 (quatro) créditos por período letivo diário regular nas linhas de transporte utilizadas no deslocamento entre a residência e Instituição de Ensino, conforme o horário anual ou semestral do aluno, mediante comprovação;*

*II - O aluno deverá comprovar que reside a uma distância superior a 1.000 (mil) metros da instituição de ensino, para fazer “jus” ao desconto;*

*III - Comprovante de assiduidade ou frequência semestral mínima exigida pelas normas educacionais”.*

### Questiona-se

38) Considerando que no dimensionamento da demanda há 46.000 pagantes integrais (100% da tarifa), 22.000 pagantes estudantes (50% da Tarifa) e 6.500 idosos e deficientes (isentos da tarifa), chega-se ao total de **57.000 passageiros equivalentes**, portanto valor diverso do estimado no Item 6.5 – INDICADORES OPERACIONAIS PREVISTOS, do Projeto Básico?

39) O IPKe (índice de passageiros equivalentes por quilometro) resultante de um potencial de demanda média mensal de **57.000** passageiros e de uma quilometragem média mensal prevista em 42.077 km é de **1,35** passageiros/km?

<b>2.2- TURNO DE TRABALHO</b>	
	1º turno diurno 08:00:00
<b>QUANTIDADE DE DIAS ÚTEIS POR ANO</b>	Total de horas de trabalho diário = 08:00
	Quantidade de dias no ano = 365
	Quantidade de domingos no ano = 52
	Quantidade de dias úteis no ano = 313
	Quantidade de dias úteis no mês = 26,08
<b>OBSERVAÇÕES</b>	
A Quantidade de dias úteis no ano é calculada diminuindo a Quantidade de domingos no ano da Quantidade de dias no ano.	
A Quantidade de dias úteis no mês é calculada dividindo a Quantidade de dias úteis no ano pelos 12 meses do ano.	

No campo de observações é informado que, a quantidade de dias úteis no ano é calculada diminuindo a quantidade de domingos no ano da quantidade de dias do ano.

**Questiona-se:**

- 40) Sábado é considerado dia útil ? A frequência de horários no sábado é a mesma dos dias úteis ?

**c. ENCARGOS SOCIAIS.**

No Item 6.11 – TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DOS SERVIÇOS, do Projeto Básico é informado que a planilha de custos provisiona como tributos sobre o Custo Total dos Serviços: o percentual de 2% a título de Imposto sobre Serviços e a contribuição de 2% a título de encargos previdenciários (CPRB-contribuição previdenciária sobre a receita bruta). Outros tributos como PIS/COFINS não são incluídos por terem sido desonerados pelo Governo Federal para os serviços de transporte urbano de passageiros.

P



TRANSPORTE COLETIVO		
3 - ENCARGOS SOCIAIS		
DISCRIMINAÇÃO		% Salário Mensal
GRUPO A		
Básico		
1 INSS		20,0%
2 FGTS		8,0%
3 Salário Educação		0,0%
4 Seguro acidente do trabalho		0,0%
5 SESC OU Sesi		1,0%
6 INCRA		0,0%
7 SEBRAE		0,0%
8 SENAI OU SENAC		0,0%
<b>TOTAL GRUPO A</b>		<b>29,0%</b>
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.		
Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.		
GRUPO B		
1 Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado		0,03%
2 Férias		2,78%
3 Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado		4,35%
4 13º salário (100x30/360)		8,33%
5 Aviso prévio trabalhado		1,94%
6 Incidência dos encargos sobre o aviso prévio trabalhado		0,68%
7 Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado		5,00%
8 Aviso prévio indenizado		0,42%
<b>TOTAL GRUPO B</b>		<b>23,53%</b>
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.		
Nota 2: O adicional de férias contido corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima		
Nota 3: Os itens que contemplam o grupo "C" se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais e/ou na Intra jornada, a depender da prestação do serviço.		
Nota 4: Haverá a incidência do grupo "A" sobre esse módulo.		
GRUPO C		
Ausências Legais		
1 Férias		8,33%
2 Ausências Legais		1,66%
3 Ausência por acidente de trabalho		0,03%
4 Afastamento maternidade		0,34%
5 Licença paternidade		0,42%
<b>TOTAL GRUPO C</b>		<b>10,78%</b>
Nota: As alíneas do grupo "C" referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.		
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>63,31%</b>

### Questiona-se:

41) Com a desoneração promovida pela Lei Nº 12.715/2012, os encargos previdenciários com INSS – "GRUPO A" (20%), foram substituídos pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB com um percentual de 2%. O cálculo dos encargos sociais apresentados na Planilha Orçamentária de Formação de Custos, estão corretos?

42) Porque no "GRUPO A" da tabela 3 - Encargos Sociais não constam os encargos (alíquotas) referente ao SEST/SENAT, INCRA e SEBRAE?

d. DESPESAS INDIRETAS.

2

4 - DESPESAS INDIRETAS	
Descrição	Valor (R\$/mês)
Aluguel Garagem/mecânica mais escritório	1.500,00
Móveis e utensílios	300,00
Limpeza e conservação	200,00
Máquinas de escritório	100,00
Material de expediente	200,00
Equipamentos e materiais administrativos	100,00
Equipamentos de segurança	100,00
Cursos e treinamentos	300,00
Ferramentas para manuseio	100,00
Mobilizações e desmobilizações	200,00
Consultorias (CONTABILIDADE)	350,00
Infraestrutura para sistema operacional de dados (INTERNET)	118,92
Honorários (Pró-labore)	1.350,00
Energia elétrica	250,00
Água e esgoto	150,00
Telefone	250,00
Licenças	200,00
Destinação dos resíduos gerados	200,00
<b>TOTAL</b>	<b>5.968,92</b>

**Questiona-se:**

43) Foram realizados orçamentos que indiquem os valores atribuídos às despesas indiretas? Se sim, serão disponibilizados aos licitantes para conhecimento? Representam as despesas indiretas da atual CONCESSIONÁRIA?

**e. UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL.**

5 - UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL					
UNIFORMES E EQUIPAMENTOS	Custo	Mecânico /Lavador 2		Motorista/Agente Administrativo/Auxiliar Administrativo	24
	unitário (R\$)	Consumo Anual	Custo Mensal	Consumo Anual	Custo Mensal
Calça de brim	37,75	2	6,29	2	6,29
Camisa manga longa	42,20	1	3,52	1	3,52
Camiseta manga curta	35,65	2	5,94	-	-
Boné	15,00	1	1,25	-	-
Calçado de segurança	46,64	2	7,77	2	7,77
Avental/capa	18,52	2	3,09	-	-
Luva de raspa/Vinilica	18,00	4	6,00	-	-
Protetor auditivo	6,00	2	1,00	-	-
Custo mensal por funcionário (R\$) =			34,86		17,58
<b>Custo mensal do efetivo (R\$) =</b>			<b>69,72</b>		<b>421,96</b>

Nota: Valores mensais por empregado.

**CUSTO TOTAL = 491,68**  
CUSTO MENSAL POR EMPREGADO = R\$ 18,91

A quantidade estipulada que está proposto na planilha é obrigatória, sendo que o preço fica a critério da empresa.



O ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2018/2020 celebrado entre o SINDICATO DOS MOTORISTAS, CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS, URBANOS E EM GERAL, TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE DOIS VIZINHOS – SINTRODOV e EMPRESA DE TRANSPORTES NORSUL LTDA., dispõe:



**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – UNIFORME DE TRABALHO.**

As empresas ficam obrigadas a fornecer gratuitamente, aos seus empregados os uniformes de trabalho, quando exigidos, num total de 3 (três) camisas e 4 (quatro) calças por ano.

**Questiona-se:**

44) As quantidades de uniformes considerados na Planilha Orçamentária de Formação de Custos, estão de acordo com o estipulado no ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2018/2020 ?

f. MÃO DE OBRA.

O ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2018/2020 celebrado entre o SINDICATO DOS MOTORISTAS, CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS, URBANOS E EM GERAL, TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE DOIS VIZINHOS – SINTRODOV e EMPRESA DE TRANSPORTES NORSUL LTDA., dispõe:

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – JOORNADA DE TRABALHO**

A jornada de trabalho dos integrantes da categoria profissional será decorrente da Lei, ou seja, **44 horas semanais**, independente de turnos de trabalho e nos termos do artigo 59 parágrafo 3º da CLT, anterior a Lei 9.601/98, poderá ser dispensado o acréscimo de salário, se o excesso de horas de um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda o horário normal da semana, nem seja ultrapassado o limite máximo de 10 horas diárias, mediante ajuste escrito entre empregado e empregador. (...)

No Item 6.8 – CUSTOS DE PESSOAL, do Projeto Básico é informado que a planilha de formação de custo em anexo apresenta também os parâmetros de cálculo considerados para os itens de custo fixo relativos a pessoal de operação, manutenção e administração, bem como, o percentual de encargos sociais e trabalhistas incidentes sobre os salários. **O fator de utilização de motoristas leva em conta a operação diária sem a necessidade de horas extras, além de pessoal para folga semanal, férias, plantões e quebra de escala.**

No Item 4.1 – ASPECTOS GERAIS, do Projeto Básico é informado que a **frota total** do sistema atual é de 12 veículos, em sua maioria do tipo básico com capacidade superior a 40 lugares e no Item 5 – ROTEIROS PROPOSTOS são informados os roteiros das linhas e seus respectivos quadros de horários.

Na pasta “MÃO DE OBRA” da planilha de formação de custo, são apresentados os cálculos da Mão de Obra Vinculada à Execução Contratual, conforme abaixo:

Viação Pato Branco S/A.

Via Lateral da Rodovia BR 158, 3399 – Fone (46) 3220-7500 – Bairro: São Francisco – CEP 85.504-670 – Pato Branco – Paraná

E-mail: [brantur@brantur.com.br](mailto:brantur@brantur.com.br) – Site: [www.brantur.com.br](http://www.brantur.com.br)

2



**6.1.6- COBRADOR**

Quantidade =	12,00		
Total =	12,00		
Salário Nominal Mensal (R\$) =	1.300,00	Salário Ins. (R\$) =	
Base semanal (horas) =	44,00		
Base mensal (horas) =	220,00		
	Quant.	Valor Unitário	Total
Horas Extras (100%) =	0,00	11,82	-
Horas Extras (50%) =	0,00	8,86	-
Adicional de noturno (20%) =	0%	1,18	-
Adicional de insalubridade (% sobre salário mínimo) =	0%		-
		Total sem encargos =	1.300,00
Encargos sociais (%) = 63,31%			823,03
		Total com encargos =	2.123,03
Vale transporte (passagem de ônibus) (R\$) =	2,75		186,00
Auxílio alimentação diário (R\$) =	0,00		-
Assistência médica familiar mensal (R\$) =	0,00		-
Fundo de formação (R\$) =	17,50		17,50
Seguro vida (R\$) =	20,00		20,00
		Custo mensal/funcionário (R\$) =	2.346,53
		Total do efetivo =	28.158,36

**6.1.7- MOTORISTA**

Quantidade =	12,00		
Total =	12,00		
Salário Nominal Mensal (R\$) =	2.560,00	Salário Ins. (R\$) =	
Base semanal (horas) =	44,00		
Base mensal (horas) =	220,00		
	Quant.	Valor Unitário	Total
Horas Extras (100%) =	0,00	23,27	-
Horas Extras (50%) =	0,00	17,45	-
Adicional de noturno (20%) =	0%	2,33	-
Adicional de insalubridade (% sobre salário mínimo) =	0%		-
		Total sem encargos =	2.560,00
Encargos sociais (%) = 63,31%			1.620,74
		Total com encargos =	4.180,74
Vale transporte (passagem de ônibus) (R\$) =	2,75		110,40
Auxílio alimentação diário (R\$) =	0,00		-
Assistência médica familiar mensal (R\$) =	0,00		-
Fundo de formação (R\$) =	17,35		17,35
Seguro vida (R\$) =	20,00		20,00
		Custo mensal/funcionário (R\$) =	4.328,49
		Total do efetivo =	51.941,83

**6.1.8- AGENTE ADMINISTRATIVO**

Quantidade =	1,00		
Total =	1,00		
Salário Nominal Mensal (R\$) =	2.560,00	Salário Ins. (R\$) =	
Base semanal (horas) =	44,00		
Base mensal (horas) =	220,00		
	Quant.	Valor Unitário	Total
Horas Extras (100%) =	0,00	23,27	-
Horas Extras (50%) =	0,00	17,45	-
Adicional de noturno (20%) =	0%	2,33	-
Adicional de insalubridade (% sobre salário mínimo) =	0%		-
		Total sem encargos =	2.560,00
Encargos sociais (%) = 63,31%			1.620,74
		Total com encargos =	4.180,74
Vale transporte (passagem de ônibus) (R\$) =	2,75		110,40
Auxílio alimentação diário (R\$) =	0,00		-
Assistência médica familiar mensal (R\$) =	0,00		-
Fundo de formação (R\$) =	17,35		17,35
Seguro vida (R\$) =	20,00		20,00
		Custo mensal/funcionário (R\$) =	4.328,49
		Total do efetivo =	4.328,49

Viação Pato Branco S/A.

Via Lateral da Rodovia BR 158, 3399 – Fone (46) 3220-7500 – Bairro: São Francisco – CEP 85.504-670 – Pato Branco – Paraná

E-mail: [brantur@brantur.com.br](mailto:brantur@brantur.com.br) – Site: [www.brantur.com.br](http://www.brantur.com.br)





Como não foi apresentado a metodologia do cálculo do Fator de Utilização – F.U., que envolve a jornada de trabalho dos integrantes da categoria profissional, os ROTEIROS PROPOSTOS e seus respectivos quadros de horários, apresentamos a seguir, os referidos cálculos adotando a metodologia do MANUAL DE CUSTOS DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO POR ÔNIBUS.

# DOIS VIZINHOS

## TABELA DE FREQUÊNCIAS POR FAIXA HORÁRIA

DIAS ÚTEIS															
Madrugada		Pico Manhã		Pico Tarde		Pico Noite		Pico Tarde		Pico Noite		Pico Tarde		Pico Noite	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
0	0	0	0	2	0	6	7	9	9	7	12	14	10	7	10
Total		Pico Manhã		Pico Tarde		Pico Noite		Pico Tarde		Pico Noite		Pico Tarde		Pico Noite	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
0	0	0	0	4	5	6	7	9	9	7	12	14	10	7	10
Total		Pico Manhã		Pico Tarde		Pico Noite		Pico Tarde		Pico Noite		Pico Tarde		Pico Noite	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
0	0	0	0	4	5	6	7	9	9	7	12	14	10	7	10
Total		Pico Manhã		Pico Tarde		Pico Noite		Pico Tarde		Pico Noite		Pico Tarde		Pico Noite	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
0	0	0	0	4	5	6	7	9	9	7	12	14	10	7	10
Total		Pico Manhã		Pico Tarde		Pico Noite		Pico Tarde		Pico Noite		Pico Tarde		Pico Noite	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
0	0														

Viação Pato Branco S/A.  
Via Lateral da Rodovia BR 158, 3399 – Fone (46) 3220-7500 – Bairro: São Francisco – CEP 85.504-670 – Pato Branco – Paraná  
E-mail: [brantur@brantur.com.br](mailto:brantur@brantur.com.br) – Site: [www.brantur.com.br](http://www.brantur.com.br)

operadores por veículo. Desta forma, a necessidade de cobradores e motoristas apresentados nos Itens 6.1.6 e 6.1.7 deveriam ser de 16 (arredondado para cima) cobradores e 16 motoristas.

**Questiona-se:**

- 45) O fator de utilização apresentados nos Itens 6.1.6 e 6.1.7 da Planilha Orçamentária de Formação de Custos estão corretos ?
- 46) Nos Itens 6.1.6 e 6.1.7 da Planilha Orçamentária de Formação de Custos, na rubrica: "Vale transporte (passagem de ônibus) (R\$)", constam valores devidos a este título aos operadores. Contudo, o artigo 57, Inciso IV, da Lei Municipal 2.280/19, informa que é assegurada a gratuidade no transporte coletivo urbano, mediante identificação, ao pessoal de operação da empresa operadora. Os valores procedem?
- 47) Nos Itens 6.1.6 e 6.1.7 da Planilha Orçamentária de Formação de Custos, na rubrica: "Base semanal (horas)" consta as seguintes observações. No caso de cobradores: "O Município poderá optar pela jornada 12x36 horas" em tratando-se dos motoristas: "O Município poderá optar pela jornada Especiais". O Município vai assumir as negociações e encargos destas alterações no ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2018/2020 junto ao SINDICATO DA CATEGORIA ?
- 48) Em que base foi definida a quantidade de pessoal nas funções dos Itens 6.1.8 - Agente Administrativo, 6.1.9 – Mecânico e 6.1.10 – Lavador?

**g. MATERIAIS.**

7 - MATERIAIS					
Quilometragem média Mensal		42.077			
ITEM	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	QTDE VEÍCULOS	CUSTO MENSAL	CUSTO KM RODADO
Lubrificantes	0,004	14,16	12	2.383,24	0,06
Limpeza Química/higienização	10	2,56	12	307,20	0,01
Combustível (Diesel S-10)	0,3	3,16	12	39.889,00	0,95
Rodagem Pneus	0,000048	1.280,00	12	2.585,21	0,06
Rodagem Recapagem	0,00012	530,00	12	2.676,10	0,06
Licenciamento + IPVA+ Seguro Obrigatório e Seguro Total + RCO	3%	150.000,00	12	4.500,00	0,11
Bilhetagem e Controle de Operação	5,00%	12.000,00	12	600,00	0,01
CUSTO POR QUILOMETRO RODADO					1,26
CUSTO MENSAL					52.940,75

Nota explicativa: a proponente poderá incluir na planilha outros materiais/ferramentas que julgar necessário para a realização dos serviços.

**Questiona-se:**

- 49) As pesquisas de preços de mercado, dos itens que constituem o quadro de materiais, Item 7 – MATERIAIS da Planilha Orçamentária de Formação de Custos, estão disponíveis nos ANEXOS do Edital para conhecimento dos licitantes ?

Viação Pato Branco S/A.

Via Lateral da Rodovia BR 158, 3399 – Fone (46) 3220-7500 –Bairro: São Francisco – CEP 85.504-670 – Pato Branco – Paraná

E-mail: [brantur@brantur.com.br](mailto:brantur@brantur.com.br) – Site: [www.brantur.com.br](http://www.brantur.com.br)

2



50) Como foram determinados os coeficientes de consumo?

51) A utilização do Arla 32 pelos caminhões e ônibus, necessário desde 2012, quando se iniciou a Fase P7 do programa, com limites de emissões de NOx extremamente rígidos para os veículos que utilizam óleo diesel, não foi considerado?

h. EQUIPAMENTOS.

O Item 4.1 – ASPECTOS GERAIS do Projeto Básico é informado que a frota total do sistema atual é de 12 veículos, em sua maioria do tipo básico com capacidade superior a 40 lugares.

O artigo 28, § 2º da Lei Municipal Nº 2.280/19 informa que, entende-se por convencional a categoria de serviços regulares executada por veículos ônibus ou micro-ônibus do tipo urbano e/ou outras categorias de veículos complementares.

Os artigos 37 e 38 da Lei Municipal Nº 2.280/19 dispõem que:

*Art. 37. “A frota da empresa operadora deverá ser composta de veículos em número suficiente para atender a demanda máxima das linhas que opera, acrescida da frota reserva, equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) da frota operacional.*

*I - A renovação da frota deverá ser procedida no mês do vencimento da vida útil de cada veículo e, quando da expansão do serviço, a complementação deverá ser feita no prazo máximo de 06 (seis) meses.*

*II - Fica definido que a idade dos veículos em circulação será de, no máximo, até 10 (dez) anos”.*

*Art. 38 “Todos os veículos deverão circular equipados com instrumento de medição de velocidade e tempo de registro diário, aferidor e contador de passageiros lacrado, Selo de Vistoria dentro da validade, e demais equipamentos ou instrumentos exigidos pela Coordenadoria do Órgão Gestor, por meio do Regulamento do Transporte Coletivo, Normas Complementares, e de acordo com Resoluções do CONTRAN e Código de Trânsito Brasileiro”.*

O Item 6.2 – FROTA do Projeto Básico informa que, a norma brasileira ABNT NBR 15570/2008 estabelece as características construtivas básicas e os equipamentos auxiliares aplicáveis nos veículos produzidos para operação no transporte coletivo urbano de passageiros, de forma a garantir condições de segurança, conforto, acessibilidade e mobilidade aos seus condutores e usuários, independentemente da idade, estatura e condição física ou sensorial.

Com esta norma técnica a os veículos do transporte coletivo urbano de passageiros foram classificados a partir de sua tipologia, composição e classe,

2

considerando ainda as características técnicas e operacionais das linhas onde são utilizados.

O Item 6.9 - CUSTO CAPITAL E ADMINISTRATIVO do Projeto Básico informa que, a planilha de formação de custo em anexo apresenta os parâmetros de cálculo considerados para custos de capital: a depreciação de veículos é determinada com base em método linear considerando valor residual de 35% e vida útil de 10 anos para todos os tipos de veículos.

#### i. SUBDIMENSIONAMENTO DA FROTA

Outro ponto que merece análise por parte do órgão licitante diz respeito ao dimensionamento da frota para operação das linhas indicadas no projeto básico, pois se evidencia que a frota está subdimensionada, ou seja, não há dimensionamento de frota reserva.

Em breve análise, nota-se que a frota de 12 ônibus é na verdade a frota operacional do sistema, inexistindo previsão de frota reserva, o que prejudica a operação da empresa vencedora da licitação, pois compromete a manutenção preventiva e impossibilita a substituição de veículos que apresentaram falhas mecânicas, afetando diretamente o faturamento da futura concessionária, assim, se faz necessário que o órgão licitante considere na composição da proposta e também da tarifa a aquisição de frota reserva, nos termos em que determina o Art. 37 da Lei nº 2.280/19, sendo que o ideal para a operação do sistema de transporte em debate seria uma frota reserva de 2 veículos.

8 - EQUIPAMENTOS	
8.1 EQUIPAMENTOS	
Quantidade de Motorista =	12
Quantidade de Veículos =	12
Custo unitário do veículo (R\$) =	150.000,00
Vida útil (meses) =	120
Valor residual (%) =	35%
Fator de manutenção (% do valor) =	42%
Custo total de manutenção (R\$) =	524,65
Custo da depreciação mensal (R\$) =	812,50
Custo do capital (% a.m) =	1,00%
Custo mensal do capital (R\$) =	150,00
Custo total mensal dos equipamentos (R\$) =	
17.845,80	
<b>Nota explicativa 1:</b> A proponente poderá incluir na planilha de custo outros equipamentos que julgar necessário.	
<b>Nota explicativa 2:</b> Todo veículo deverá ter acessibilidade para o transporte de pessoas com dificuldade de locomoção motora.	

#### Questiona-se:



- 52) A frota informada no Item 4.1 – ASPECTOS GERAIS do Projeto Básico, já inclui a frota reserva nos termos do artigo 37 da Lei Municipal Nº 2.280/19 ?
- 53) Quais são os demais equipamentos ou instrumentos exigidos pela Coordenadoria do Órgão Gestor, por meio do Regulamento do Transporte Coletivo, Normas Complementares, e de acordo com Resoluções do CONTRAN e Código de Trânsito Brasileiro, nos termos do artigo 38 da Lei Municipal Nº 2.280/19 ?
- 54) Esses equipamentos ou instrumentos exigidos pela Coordenadoria do Órgão Gestor, foram considerados na formação de preços da frota e demais equipamentos envolvidos na Prestação do Serviço Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros no Município de Dois Vizinhos ?
- 55) Considerando a Tabela de classificação de veículo constante na Norma ABNT NBR 15.570/2008 (item 4.3.1), em qual classe enquadram-se os veículos ônibus ou micro-ônibus do tipo urbano a serem aplicados no serviço convencional?
- 56) Qual foi o critério utilizado para considerar o valor residual de 35%, após uma vida útil de 10 anos, no cálculo da depreciação de veículos ? Preços de mercado ?
- j. ANÁLISE DO PREÇO DE VENDA.

9 - ANÁLISE DO PREÇO DE VENDA			
<b>RESUMO DOS CUSTOS OPERACIONAIS</b>			
Descrição		(R\$/mês)	
1	6 - MÃO DE OBRA DIRETA	92.452,20	48,2%
			0,0%
	TOTAL ( 1 a 5 )	92.452,20	48,2%
<b>OUTROS GASTOS</b>			
DESCRIÇÃO		(R\$/mês)	
1	7 - MATERIAIS	52.940,75	27,6%
2	5 - UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIV	491,68	0,0%
3	8 - EQUIPAMENTOS	17.845,80	0,0%
	Total dos Custos	163.730,42	85,4%
1	4 - DESPESAS INDIRETAS	5.968,92	3,1%
2	LUCRO	13%	11,50%
	Total Despesas Indiretas e Lucro	28.029,83	14,6%
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>191.760,26</b>	<b>100,0%</b>
<b>FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA</b>			
% SOBRE O PREÇO DE VENDA		32 - Preço mensal	R\$199.750,27
1	(+) IRRJ	0,00%	Valor Tarifa Passagem
2	(+) PIS	0,00%	3,50
3	(+) COFINS	0,00%	Valor global
4	(+) ISS	2,00%	
5	(+) CSLL	2,00%	
Soma dos Percentuais		4,00%	
1	1 - (28)	0,9600	Agosto de 2019
2	1 / (30)	1,0417	
<p>1) O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, que não podem ser repassados à Administração, não serão incluídos na proposta de preços apresentada.</p> <p>Nota 1: O valor dos tributos é obtido aplicando percentual sobre o faturamento.</p> <p>Nota 2: (*) O percentual efetivo máximo devido ao ISS será de 5%, transferindo-se a diferença, de forma proporcional, aos tributos federais da mesma faixa de receita bruta anual. (Os dados dos tributos acima deverão ser preenchidos de acordo com o enquadramento da empresa licitante).</p>			

O Item 6.10 - REMUNERAÇÃO PELA OPERAÇÃO E INVESTIMENTOS A REALIZAR do Projeto Básico informa que, a planilha de formação de custo provisiona uma margem de remuneração máxima sobre o Custo Total sem Tributação, tanto por compensação pelos serviços prestados dentro dos padrões operacionais estabelecidos pelo Município de Dois Vizinhos, como pelo retorno de todos os investimentos previstos para início e durante todo o prazo de concessão estabelecido.

### Questiona-se:

57) A rubrica "LUCRO" da Planilha Orçamentária de Formação de Custos, considera a amortização do valor da outorga durante o período contratual?

58) Se sim, em qual rubrica da planilha de custo?



**14. DOS PEDIDOS**

Ante o exposto, requer:

- I. Seja a presente impugnação acolhida e provida;
- II. Seja determinada **a suspensão imediata do Edital de Concorrência Pública Nº 002/2020** e, por consequência, do recebimento e da abertura das propostas, até que os questionamentos ora formulados sejam analisados e respondidos à luz da legislação vigente;
- III. Seja determinada a adequação do Edital aos termos da legislação supra citada, escoimando do mesmo, todas as inconsistências, equívocos e ingerências do Poder Público.

Não sendo este o entendimento desta Comissão Permanente de Licitação, pleiteia-se, desde já, que a presente impugnação seja encaminhada para análise da autoridade superior.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Pato Branco p/ Dois Vizinhos (PR), 16 de outubro de 2020.

BRANTUR - VIAÇÃO PATO BRANCO S.A

Daniel Cattani  
Diretor Presidente



**VIACAO PATO BRANCO S.A**  
**CNPJ 79.039.392/0001-52**  
**CAPITAL SUBSCRITO R\$ 3.902.488,32**  
**CAPITAL INTEGRALIZADO R\$ 3.902.488,32**



**ATA DA 2ª (SEGUNDA) ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E 1ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

As 09h30min do dia 27 de abril de 2019, na sede da empresa na Via Lateral da Rodovia BR 158, nº 3399, Bairro São Francisco, nesta cidade de Pato Branco, Paraná, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, os acionistas da VIACAO PATO BRANCO S.A, representando 90,76% do capital social com direito a voto. Regularmente instalada a Assembleia Geral, foi eleito o presidente da mesa o Sr. DANIEL CATTANI e como secretária, escolheram a mim ANNA PAULA ANDREATTA BADIA. Iniciado os trabalhos fiz a leitura do edital de convocação, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná, nos dias 18, 22 e 23 de Abril de 2019, respectivamente nas páginas 67, 31 e 57 e no Jornal Diário do Sudoeste, em suas edições dos dias 17, 18 e 20 de Abril de 2019, respectivamente nas páginas B1, B1 e B1 com o seguinte teor: VIACAO PATO BRANCO S.A EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO CONJUNTA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - Ficam os Senhores Acionistas da VIACAO PATO BRANCO S.A, convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, a realizarem-se na sede da Empresa, situada a Via Lateral da Rodovia BR 158, 3399, bairro São Francisco, cidade de Pato Branco - PR, no dia 27 de Abril de 2019, às 09h00min em primeira convocação com 2/3 do capital votante. Não havendo quórum, ficam desde já convocados para a segunda convocação às 09h30min com qualquer número do capital com direito a voto, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: a) Leitura, discussão e votação dos relatórios da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2018; b) Aprovação do Resultado do Exercício de 2018 e seu destino; - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: a) Outros assuntos de interesse social. Comunicamos aos Srs. Acionistas, que se encontram a disposição na sede da empresa, na Via Lateral da Rodovia BR 158, 3399, bairro São Francisco, cidade de Pato Branco - PR, os documentos a que se refere o artigo 133 da lei 6.404/76, devidamente publicados no mês de Março de 2019. Pato Branco - PR, 15 de Abril de 2019. Em Assembleia Ordinária, o Sr. Presidente solicitou para que fizesse a exposição da matéria contida no item "a": Leitura, discussão e votação dos relatórios da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2018; os quais devidamente publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná no dia 25 de abril de 2019, Pg. 65/66, e no Jornal Diário do Sudoeste no dia 28 de março de 2019, pg. B9, ocasião em que foi explicado detalhadamente os resultados fazendo um comparativo com o exercício anterior. Após a referida explanação, o Sr. Presidente colocou em discussão e votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Em ato contínuo foi abordado o item "b": Aprovação do Resultado do Exercício de 2018; foi demonstrado o Lucro Líquido do exercício de 2018, de R\$ 293.796,73 (duzentos e noventa e três mil, setecentos e noventa e seis reais e setenta e três centavos), que foi transferido para a conta de Lucros Acumulados no Patrimônio Líquido. Posta em votação a proposição sobre os resultados, foi aprovado por unanimidade, e definido que será distribuído dos lucros acumulados, o valor de R\$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil Reais), e que os dividendos serão pagos até abril de 2020, diretamente no caixa, em moeda corrente nacional, ou em depósito bancário em nome do acionista valendo o depósito como recibo. Em

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/09/2019 10:29 SOB Nº 20194655881.  
PROTOCOLO: 194655881 DE 02/09/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11904220137. NIRE: 41300295913.  
VIACAO PATO BRANCO S.A.



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 11/09/2019  
www.empresafacil.pr.gov.br



**VIACAO PATO BRANCO S.A**  
**CNPJ 79.039.392/0001-52**  
**CAPITAL SUBSCRITO R\$ 3.902.488,32**  
**CAPITAL INTEGRALIZADO R\$ 3.902.488,32**



continuidade o Sr. Presidente deu início a Assembleia Geral Extraordinária, e a exposição da matéria constante no item "a": Outros assuntos de interesse social. O Sr. Presidente informou que foi feita consulta aos acionistas quanto ao interesse de venda e compra de ações da sociedade, visto que alguns acionistas haviam manifestado verbalmente o interesse na venda de ações. Por decisão unânime ficou deliberado que a partir da publicação desta ata até a próxima Assembleia Ordinária, as ações poderão ser livremente transferidas entre os acionistas ou a terceiros, sem necessidade de prévia consulta, mediante registro da transação no livro próprio sob guarda do setor contábil da empresa. O Sr. Presidente expôs também, que o mandato de 3 (três) anos da Diretoria da sociedade finda em 06/12/2019, propôs a renovação do mandato dos membros da Diretoria, Por decisão unânime ficou deliberado pela renovação da Diretoria da sociedade, permanecendo o Sr. DANIEL CATTANI, brasileiro, casado em Comunhão Universal de Bens, empresário, portador da cédula de identidade nº 958.073-5 SSP-PR, CPF/MF nº 091.748.189-53; residente e domiciliado à Rua Arthur Bernardes, nº 451, Bairro Vila Isabel, CEP 85.504-040, em Pato Branco-PR, para o cargo de Diretor Presidente; e JOSE ZANELLA, brasileiro, separado, nascido em 03/07/1961, em Videira - SC, empresário, residente e domiciliado à Rua Mato Grosso, nº 761, Bairro Santa Terezinha, Pato Branco - PR, CEP-85501-200, portador da cédula de identidade nº 3.088.380-2-SSP/PR e CPF/MF nº 473.150.679-49, para o cargo de Diretor Financeiro, sendo o prazo de gestão o período de 3 (três) anos, de 07/12/2019 até 07/12/2022. Nada mais havendo e esgotado a ordem do dia o Sr. Presidente agradeceu a presença a todos, suspendendo a sessão por tempo necessário a lavratura da presente ata, a qual depois de lida, foi aprovada e assinada por todos os acionistas presentes. Pato Branco 27 de abril de 2019. Assinados Celita Arcego, Daniel Cattani, Elidia Catani Vetter, Erenita Cattani Palhosa, Inês Pozzolo Batista, Joao Carlos Catani, Jose Catani Netto, Marcel Rodrigo Bandeira, Maria Ana Cattani, Neiva Terezinha Catani Loregian, Oliva Maria Bertotto, Veronica Bandeira.

*[Signature]*  
 Daniel Cattani - Presidente

*[Signature]*  
 Anna Paula Andreatta - Secretaria

*[Signature]*  
 Celita Arcego

*[Signature]*  
 Elidia Catani Vetter

*[Signature]*  
 Jose Catani Netto

*[Signature]*  
 Maria Ana Cattani

*[Signature]*  
 Marcel Rodrigo Bandeira

*[Signature]*  
 Erenita Cattani Palhosa

*[Signature]*  
 Neiva Terezinha Catani Loregian

*[Signature]*  
 Veronica Bandeira

*[Signature]*  
 Ines Pozzolo Batista

*[Signature]*  
 Joao Carlos Catani

*[Signature]*  
 Oliva Maria Bertotto



CERTIFICO O REGISTRO EM 11/09/2019 10:29 SOB Nº 20194655881.  
 PROTOCOLO: 194655881 DE 02/09/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
 11904220137. NIRE: 41300295913.  
 VIACAO PATO BRANCO S.A.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
 SECRETÁRIO-GERAL  
 CURITIBA, 11/09/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)



VIAÇÃO PATO BRANCO LTDA  
CNPJ 79.039.392/0001-52  
NIRE: 4120070166-9



**ATA DA ASSEMBLEIA DOS SÓCIOS PARA TRANSFORMAÇÃO DO TIPO JURÍDICO DA SOCIEDADE**

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 03 dias do mês de dezembro de 2016, às 9h00m horas, na sede da Sociedade, localizada na Via Lateral da Rodovia BR 158, nº 3399, Bairro São Francisco, CEP 85.504-670, na cidade de Pato Branco- Paraná.

**CONVOCAÇÃO:** Todos os sócios foram devidamente convocados.

**PRESEÇA:** Presença de 24 sócios representando 100% (cem por cento) do capital social sendo:

1) **DANIEL CATTANI**, brasileiro, casado em Comunhão Universal de Bens, empresário, portador da cédula de identidade nº 958.073-5 SSP-PR, CPF/MF nº 091.748.189-53; residente e domiciliado à Rua Arthur Bernardes, nº 451, Bairro Vila Isabel, CEP 85.504-040, em Pato Branco-PR; 2) **ELIDIA CATANI VETTER**, brasileira, viúva, empresária, portadora da cédula de identidade nº 1.631.473 SSP-PR, CPF/MF nº 410.490.639-53, residente e domiciliada à Rua Tamandaré, nº 729, Bairro Centro, CEP 85.501-110, em Pato Branco-PR; 3) **MARIA ANA CATTANI**, brasileira, viúva, aposentada, portadora da cédula de identidade nº 1.743.668 SSP-PR, CPF/MF nº 941.113.249-91, residente e domiciliada à Rua Frederico Sguarizzi, nº 384, Bairro Industrial, CEP 85.506-530, em Pato Branco - PR; 4) **OLIVA MARIA BERTOTTO**, brasileira, viúva, empresária, portadora da cédula de identidade nº 1.131.869 SSP-PR, CPF/MF nº 531.501.809-10, residente e domiciliada à Rua Vieira da Costa, nº 1054, Bairro Pinheirinho, CEP 85.506-160, em Pato Branco-PR; 5) **INÊS POZZOLO BATISTA**, brasileira, casada em Comunhão Universal de Bens, empresária, portadora da cédula de identidade nº 812.356-0 SSP-PR, CPF/MF nº 165.097.149-49, residente e domiciliada à Rua General Rondon, nº 1.973, apto 001, Bairro Jardim La Salle, CEP 85.902-090, em Toledo - PR; 6) **ERENITA CATTANI PALHOSA**, brasileira, viúva, empresária, portadora da cédula de identidade nº 1.733.771 SSP-PR, CPF/MF nº 840.191.319-53, residente e domiciliada à Rua Mato Grosso, nº 555, Bairro Centro, CEP 85.501-200, em Pato Branco-PR; 7) **JOSE CATANI NETTO**, brasileiro, casado, em regime de comunhão parcial de bens, aposentado, portador da Cédula de identidade nº 650.941-0 SSP-PR, CPF/MF nº 034.157.759-68, residente e domiciliado à Rua Manoel Ribas, nº 865, Bairro Vila Isabel, CEP 85.504-313, em Pato Branco-PR; 8) **ESTEVÃO CATANI**, brasileiro, casado em regime de comunhão de bens, aposentado, portador da Cédula de identidade nº 1.239.564 SSP-PR, CPF/MF nº 061.714.949-68, residente e domiciliado à Rua Luiz Oliveira Silvério, nº 384, Bairro Centro, CEP 85.550-000, em Coronel Vivida-PR; 9) **TEREZINHA LANFERDINI**, brasileira, casada, do comércio, portadora da Cédula de identidade nº 1.093.457 SSP-PR, CPF/MF nº 000.517.379-57, residente e domiciliada à Rua Sete de Setembro, nº 701, Apartamento 11, Bairro Centro, CEP 85.660-000, em Dois Vizinhos-PR; 10) **VALDIR LUIZ CATANI**, brasileiro, separado judicialmente, mecânico, portador da Cédula de identidade nº 3.021.014-0 SSP-PR, CPF/MF nº 313.417.649-15, residente e domiciliado à Rua Nereu Ramos, nº 1257, Bairro Vila Isabel, CEP 85.504-312, em Pato Branco-PR; 11) **TADEU CATANI**, brasileiro, casado em regime de comunhão de bens, empresário, portador da Cédula de identidade nº 713.952-7 SSP-PR, CPF/MF nº 091.747.109-15, residente e domiciliado à Avenida Generoso Marques, nº 154, Bairro Centro, CEP 85.550-000, em Coronel Vivida-PR; 12) **HELENA CASAGRANDE**, brasileira, viúva, do lar, portadora da cédula de identidade nº 5.214.307-1 SSP-PR, CPF/MF nº 835.805.659-15, residente e domiciliada à Rua Prates, nº 1447, Bairro Universitário, CEP 85.819-010, em Cascavel - PR; 13)

marcia  
Abelma  
b  
P  
AP  
Jr  
Diana  
Maria  
P  
Jcc  
Rd  
J  
B.C.P.  
Luis  
Valdir  
B  
Dokami  
BEP  
P  
P  
P  
B  
P  
P

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 23/01/2017 11:25 SOB Nº 20170321371.  
PROTOCOLO: 170321371 DE 17/01/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11700256064. NIRE: 41300295913.  
VIAÇÃO PATO BRANCO S.A.



Libertad Bogus  
SECRETÁRIA-GERAL  
CURITIBA, 23/01/2017  
www.empresafacil.pr.gov.br



VIAÇÃO PATO BRANCO LTDA  
CNPJ 79.039.392/0001-52  
NIRE: 4120070166-9



# ATA DA ASSEMBLEIA DOS SÓCIOS PARA TRANSFORMAÇÃO DO TIPO JURÍDICO DA SOCIEDADE

**CELITA ARCEGO**, brasileira, casada em comunhão universal de bens, massagista, portadora da cédula de identidade nº 1.202.488-6 SSP-PR, CPF/MF nº 018.643.069-80, residente e domiciliada à Rua Otavio Kischner, nº 996, Bairro Centro, CEP 85.760-000, em Capanema PR; 14) **VIRT DE LOURDES PISSININ**, brasileira, viúva, do lar, portadora da cédula de identidade nº 1.743.751-8 SSP-PR, CPF/MF nº 004.983.939-09, residente e domiciliada à Linha Rio Pinheiro, apto 651, Bairro Encruzilhada, CEP 85.500-001, em Pato Branco PR; 15) **VALDELIR CATANI**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de identidade nº 2.133.222-4 SSP-PR, CPF/MF nº 239.944.281-49, residente e domiciliado à Rua Venezuela, nº 15, Bairro Jardim das América, CEP 85.502-030, em Pato Branco-PR; 16) **VERONICA CATANI BANDEIRA**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, do comércio, portadora da cédula de identidade nº 3.737.245-5 SSP-PR, CPF/MF nº 411.424.469-72, residente e domiciliada à Rua Felipe Camarão, nº 300, Bairro Pinheiros, CEP 85.504-650, em Pato Branco-PR; 17) **JOÃO CARLOS CATANI**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, comerciante, portador da Cédula de identidade nº 3.555.945-0 SSP-PR, CPF/MF nº 508.445.719-20, residente e domiciliado à Rua Fernando Ferrari, nº133, Bairro Cristo Rei, CEP 85.506-400, em Pato Branco-PR; 18) **NEIVA TEREZINHA CATANI LOREGIAN**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, autônoma, portadora da cédula de identidade nº 3.819.960-9 SSP-PR, CPF/MF nº 603.304.909-82, residente e domiciliada à Rua Industrial, nº 267, Bairro Industrial, CEP 85.506-520, em Pato Branco-PR; 19) **PAULO CRISTIANO CATTANI**, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 27/11/1977, mecânico, portador da Cédula de identidade nº 7.841.655-6 SSP-PR, CPF/MF nº 028.507.399-01, residente e domiciliado à Rua Doutor Francisco Beltrão, nº 1116, Bairro Industrial, CEP 85.506-540, em Pato Branco-PR; 20) **DIROENE SALETE CATANI**, brasileira, viúva, do lar, portadora da cédula de identidade nº 4.575.501-0 SSP-PR, CPF/MF nº 620.167.769-00, residente e domiciliada à Rua Frederico Sguarizzi, nº 665, Bairro Industrial, CEP 85.506-530, em Pato Branco-PR; 21) **ANGELA TATIANE CATANI ALVES DA SILVA**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, portadora da cédula de identidade nº 6.730.856-5 SSP-PR, CPF/MF nº 026.099.419-78, residente e domiciliada na Rua Matias de Albuquerque, nº 1290, Bairro Pinheirinho, CEP 85.506-170, em Pato Branco-PR; 22) **MARCIA APARECIDA BERTOTTO**, brasileira, casada em regime de comunhão universal de bens, professora, portadora da cédula de identidade nº 3.935.032-7, CPF/MF nº 524.831.939-00, residente e domiciliada à Rua Vieira Costa, nº 1040, Bairro Pinheirinho, CEP 85.506-160, em Pato Branco-PR; 23) **ANDERSON CATANI**, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 26/07/1983, mecânico, portador da Cédula de identidade nº 8.687.944-1 SSP-PR, CPF/MF nº 036.678.439-09, residente e domiciliado à Rua Euclides Paulo Carneiro, nº 185, Bairro Bonatto, CEP 85.506-442, em Pato Branco-PR; 24) **MARIANA CATANI**, brasileira, solteira, maior, nascida em 27/04/1992, portadora da cédula de identidade nº 10.587.160-0 SSP-PR, CPF/MF nº 083.798.789-06, residente e domiciliada na Rua Um, S/N, Bairro Centro, CEP 85.525-000, em Mariópolis-PR.

**MESA:** Presidente: Daniel Cattani e Secretária: Angela Tatiane Catani Alves da Silva.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 23/01/2017 11:25 SOB Nº 20170321371.  
PROTOCOLO: 170321371 DE 17/01/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11700256064. NIRE: 41300295913.  
VIACAO PATO BRANCO S.A.



Libertad Bogus  
SECRETÁRIA-GERAL  
CURITIBA, 23/01/2017  
www.empresafacil.pr.gov.br







VIAÇÃO PATO BRANCO LTDA  
CNPJ 79.039.392/0001-52  
NIRE: 4120070166-9



**ATA DA ASSEMBLEIA DOS SÓCIOS PARA TRANSFORMAÇÃO DO TIPO JURÍDICO DA SOCIEDADE**

qualificada anteriormente; 904 (novecentas e quatro) ações para o acionista **PAULO CRISTIANO CATTANI**, anteriormente qualificado; 12.269 (doze mil, duzentas e sessenta e nove) ações para o acionista **TADEU CATANI**, qualificado anteriormente; 4.062 (quatro mil e sessenta e duas) ações para a acionista **TEREZINHA LANFERDINI**, anteriormente qualificada; 452 (quatrocentas e cinquenta e duas) ações para o acionista **VALDELIR CATANI**, anteriormente qualificado; 452 (quatrocentas e cinquenta e duas) ações para o acionista **VALDIR LUIZ CATTANI**, anteriormente qualificado; 452 (quatrocentas e cinquenta e duas) ações para a acionista **VERONICA CATANI BANDEIRA**, anteriormente qualificada e 452 (quatrocentas e cinquenta e duas) ações para a acionista **VIR DE LOURDES PISSININ**, anteriormente qualificada, ficando assim distribuídas entre os acionistas, na mesma quantidade e proporção das quotas que eles já possuíam, conforme a relação completa dos acionistas do Anexo I; 4.2.1) Aprovado o Estatuto Social, nos termos do Anexo II, que desta ata, passa a fazer parte integrante; 4.3.1) Foram eleitos para compor a Diretoria da Sociedade o Sr. **DANIEL CATTANI**, anteriormente qualificado, para o cargo de **Diretor Presidente**; e **JOSE ZANELLA**, brasileiro, separado, nascido em 03/07/1961, em Videira - SC, empresário, residente e domiciliado à Rua Mato Grosso, nº 761, Bairro Santa Terezinha, Pato Branco - PR, CEP-85501-200, portador da cédula de identidade nº 3.088.380-2- SSP/PR e CPF/MF nº 473.150.679-49, para o cargo de **Diretor Financeiro**. Os diretores tomam posse, dos seus respectivos cargos neste ato, sendo o prazo de gestão o período de 3 (três) anos; e 4.4.1) aprovado que a remuneração mensal dos diretores, será estabelecida e atualizada, conforme a tabela do salário-de-contribuição máximo, vigente, divulgado anualmente pelo INSS. Desta forma, fixada como remuneração mensal de cada diretor, o valor de R\$ 5.189,82 (cinco mil, cento e oitenta e nove reais e oitenta e dois centavos).

**DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO:** Os Diretores eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade, quer por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**ENCERRAMENTO:** Concluídas as deliberações e inexistindo qualquer manifestação do uso da palavra, foram encerrados os trabalhos para lavratura da presente ata que, após lida, foi aprovada por todos os acionistas presentes.

*Josiane Paula Correa Cattani*  
**Josiane Paula Correa Cattani**  
Advogada OAB/PR 46.837

*Daniel Cattani*  
**Daniel Cattani**  
Diretor Presidente

Pato Branco, 03 de dezembro de 2016.

*Angela Tatiane Catani Alves da Silva*  
**Angela Tatiane Catani Alves da Silva**  
Secretária



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 23/01/2017 11:25 SOB Nº 20170321371.  
PROTOCOLO: 170321371 DE 17/01/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11700256064. NIRE: 41300295913.  
VIAÇÃO PATO BRANCO S.A.

Libertad Bogus  
SECRETÁRIA-GERAL  
CURITIBA, 23/01/2017  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)



VIAÇÃO PATO BRANCO LTDA  
CNPJ 79.039.392/0001-52  
NIRE: 4120070166-9



ATA DA ASSEMBLEIA DOS SÓCIOS PARA TRANSFORMAÇÃO DO TIPO JURÍDICO DA  
SOCIEDADE

Sócios Presentes:

1) DANIEL CATTANI

2) ELIDIA CATANI VETTER

3) MARIA ANA CATTANI

4) OLIVA MARIA BERTOTTO

5) INÊS POZZOLO BATISTA

6) ERENITA CATTANI PALHOSA

7) JOSE CATANI NETTO

8) ESTEVÃO CATANI

9) TEREZINHA LANFERDINI

10) VALDIR LUIZ CATANI

11) TADEU CATANI

12) HELENA CASAGRANDE

13) CELITA ARCEGO

14) VIRT DE LOURDES PISSININ

15) VALDEIR CATANI

16) VERONICA CATANI BANDEIRA

17) JOAO CARLOS CATANI

18) NEIVA TEREZINHA CATANI  
LOREGIAN

19) PAULO CRISTIANO CATTANI

20) DIROENE SALETE CATANI

21) ANGELA TATIANE CATANI ALVES  
DA SILVA

22) MARCIA APARECIDA BERTOTTO

23) ANDERSON CATANI

24) MARIANA CATANI

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 23/01/2017 11:25 SOB Nº 20170321371.  
PROTOCOLO: 170321371 DE 17/01/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11700256064. NIRE: 41300295913.  
VIACAO PATO BRANCO S.A.



Libertad Bogus  
SECRETÁRIA-GERAL  
CURITIBA, 23/01/2017  
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.  
Informando seus respectivos códigos de verificação







7

Município de Dois Vizinhos

548

Impar  
Nepena  
a

Valeri

Mr  
Marie

He  
May  
Lut.  
id

- 10.

Dr. P. Dattani

- 2  
BCP  
H

of

**ARTIGO 5º** O Capital Social da sociedade é de R\$ 3.902.488,32 (três milhões, novecentos e dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e trinta e dois centavos), totalmente integralizado, dividido em 393.396 (trezentas e noventa e três mil, trezentas e noventa e seis) ações ordinárias, nominativas, no valor nominal de R\$ 9,92 (nove Reais e noventa e dois centavos) cada.

**ARTIGO 6º** Cada ação dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.



CERTIFICO O REGISTRO EM 23/01/2017 11:25 SOB Nº 20170321371.  
PROTOCOLO: 170321371 DE 17/01/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11700256064. NIRE: 41300295913.  
VIACAÓ PATO BRANCO S.A.

Libertad Bogus  
SECRETÁRIA-GERAL  
CURITIBA, 23/01/2017  
www.empresafacil.pr.gov.br



**ANEXO II**  
**ESTATUTO SOCIAL DA EMPRESA**  
**VIACAO PATO BRANCO S.A.**  
**CNPJ 79.039.392/0001-52**

**ARTIGO 7º** Os acionistas terão preferência, na proporção das respectivas participações, para subscrição de ações nos aumentos de capital da sociedade nos termos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, bem como na aquisição das representativas do capital social, em igualdade de condições e proporcionalmente à participação detida pelos acionistas da sociedade.  
**Parágrafo Único** – Qualquer alienação de ações e/ou direitos a elas inerentes que viole o disposto neste Estatuto Social será nula e ineficaz perante os acionistas, a sociedade e terceiros.

**CAPITULO III**  
**ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 8º** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até o dia 30 de abril de cada ano, em dia, hora e local previamente anunciados pela imprensa, como manda a Lei e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem com observância dos preceitos legais:

- I. A Assembleia será convocada, instalada e presidida pelo Diretor Presidente;  
Parágrafo único. Na ausência ou impedimento do Diretor Presidente a Assembleia será dirigida por quem os acionistas presentes escolherem.
- II. O Presidente da Assembleia Geral indicará dentre os presentes aquele que exercerá as funções de Secretário.
- III. A convocação deverá atender aos requisitos legais quanto aos prazos e demais formalidades;
- IV. A Assembleia será considerada instalada quando atendido o requisito de presença mínima disposto pelos artigos 125 e 135 da Lei nº 6.404/76, conforme aplicável;
- V. As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos Acionistas presentes, observados os quóruns qualificados estabelecidos por Lei e versarão sobre assuntos constantes da ordem do dia objeto do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei;
- VI. Para participar da Assembleia Geral, o acionista ou seu representante deverá comparecer munido de documentos que comprovem sua identidade e adicionalmente, em caso de acionista pessoa jurídica, também, de cópias autenticadas dos documentos societários, que comprovem seus poderes de representação, podendo ser representado por procurador constituído nos termos do artigo 126, §1º da Lei das sociedades por Ações;
- VII. As atas deverão ser lavradas no Livro de Atas das Assembleias Gerais na forma de sumário dos fatos ocorridos e poderão ser publicadas com omissão das assinaturas.

**ARTIGO 9º** Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:

- a. Eleger e destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado;
- b. Fixar a remuneração global anual dos diretores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- c. Reformar o Estatuto Social;
- d. Deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, participação em consórcios empresarial e incorporações;
- e. Deliberar, de acordo com proposta apresentada pela diretoria, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 23/01/2017 11:25 SOB Nº 20170321371.  
PROTOCOLO: 170321371 DE 17/01/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11700256064. NIRE: 41300295913.  
VIACAO PATO BRANCO S.A.

Libertad Bogus  
SECRETÁRIA-GERAL  
CURITIBA, 23/01/2017  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)



*Marcia*  
*Abelma*  
*Ugêchi*  
*Sen*  
*Mario*  
*tec*  
*Jul*  
*Be. V*  
*Prokani*  
*SCP*  
*ST*



ANEXO II  
ESTATUTO SOCIAL DA EMPRESA  
VIACAO PATO BRANCO S.A.  
CNPJ 79.039.392/0001-52

- f. Eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; e  
g. Deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria.

CAPITULO IV  
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO  
Seção I – Disposições Gerais dos Órgãos da Administração

ARTIGO 10 A Sociedade será administrada por uma Diretoria.

- I. A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelos diretores empossados, dispensada qualquer garantia de gestão.  
II. Os diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus sucessores.

ARTIGO 11 A Assembleia Geral fixará a remuneração dos diretores.

Seção II – Diretoria

ARTIGO 12 A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, será composta por dois membros, dos quais um será designado Diretor Presidente e um será Diretor Financeiro.

ARTIGO 13 Os Diretores terão prazo de mandato unificado de três anos, considerando-se ano um exercício social, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo único: Nos casos de renúncia ou destituição de qualquer Diretor a Assembleia Geral será convocada para eleger o substituto, que completará o mandato do substituído.

ARTIGO 14 A Diretoria tem todos os poderes para praticar atos necessários ao funcionamento regular da Sociedade e à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, incluindo para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes. Compete-lhe administrar e gerir os negócios da Sociedade especialmente:

- a) Cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral;  
b) Elaborar, anualmente, o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Sociedade, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação da Assembleia Geral;  
c) Decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral.

ARTIGO 15 A Diretoria se reúne validamente com a presença de dois Diretores e delibera pelo voto da maioria dos presentes, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade no caso de empate.

ARTIGO 16 A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente, podendo as reuniões ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação e a comunicação simultânea entre os diretores e todas as pessoas presente na reunião.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE



CERTIFICO O REGISTRO EM 23/01/2017 11:25 SOB Nº 20170321371.  
PROTOCOLO: 170321371 DE 17/01/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11700256064. NIRE: 41300295913.  
VIACAO PATO BRANCO S.A.

Libertad Bogus  
SECRETÁRIA-GERAL  
CURITIBA, 23/01/2017  
www.empresafacil.pr.gov.br

9

Município de Dois Vizinhos

550

Marcia

Helena

João

Mário

Valde

80.11

600